



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 093

QUINTA-FEIRA, 1º DE JULHO DE 1982

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1982

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.917, de 12 de janeiro de 1982, que “reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho e dá outras providências”.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.917, de 12 de janeiro de 1982, que “reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho e dá outras providências”.

Senado Federal, 30 de junho de 1982. — Senador *Jarbas Passarinho*, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 1982

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.916, de 8 de janeiro de 1982, que “reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Offícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios”.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.916, de 8 de janeiro de 1982, que “reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Offícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios”.

Senado Federal, 30 de junho de 1982. — Senador *Jarbas Passarinho*, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 98ª SESSÃO, EM 30 DE JUNHO DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Ns 126 e 127/82 (nº 260 e 261/82, na origem), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

1.2.2 — Comunicação

— Do Sr. Senador Ferreira Filho, referente ao seu afastamento do exercício do mandato de Senador.

1.2.3 — Fala da Presidência

— Referente ao afastamento do Sr. Senador Ferreira Filho do exercício do mandato pela representação do Estado de São Paulo, a fim de desempenhar função prevista na Constituição e no Regimento Interno, e convocação do segundo suplente, Srª Dulce Salles Cunha Braga.

1.2.4 — Prestação do compromisso regimental e posse da Srª Dulce Salles Cunha Braga

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADORA DULCE BRAGA, como Líder — Significado para S. Exª do mandato que ora assume. Postulados que animarão S. Exª no desempenho de seu mandato.

SENADOR HUMBERTO LUCENA, como Líder — Análise dos acontecimentos políticos verificados no decorrer do primeiro semestre do corrente ano.

1.2.6 — Comunicação

Da Srª Senadora Dulce Braga, referente ao seu nome parlamentar e filiação partidária.

1.2.7 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 134/82, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 183/81, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 29.364.200,00 (vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação sobrestada** por falta de *quorum*, para votação do Requerimento nº 123/82.

— Projeto de Resolução nº 258/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Boca do Acre (AM) a elevar em Cr\$ 8.613.200,00 (oito milhões, seiscentos e treze mil e duzentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 266/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Catanduva (SP) a elevar em Cr\$ 39.300.000,00 (trinta e nove milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 25/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alexânia (GO) a elevar em Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 33/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itabira (SP) a elevar em Cr\$ 29.745.360,00 (vinte e nove milhões setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 38/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 108/81, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 10.027.899.259,79 (dez bilhões, vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e setenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 240/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Coxim (MG) a elevar em Cr\$ 12.356.000,00 (doze milhões, trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 30/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína (GO) a elevar em Cr\$ 159.638.841,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 80/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Tocantinópolis (GO) a elevar em Cr\$ 43.371.328,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e um mil, trezentos e vinte e oito cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 218/81, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 988.603.570,49 (novecentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e setenta cruzeiros e quarenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 221/81, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 25.239.000,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e trinta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 14/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Jaciara (MT) a elevar em Cr\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta mi-

lhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 59/82, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 29.079.200.000,00 (vinte e nove bilhões, setenta e nove milhões e duzentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara ao Marechal-do-Ar Eduardo Gomes Patrono da Força Aérea Brasileira. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 40/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação sobrestada** por falta de *quorum* para a votação do Requerimento nº 309/81.

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** por falta de *quorum* para a votação do Requerimento nº 35/82.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR NELSON CARNEIRO — Posicionamento de S. Exª a respeito da apreciação de pedido de empréstimo formulado pelo Estado do Rio de Janeiro, a propósito de notícias publicadas na imprensa sobre o assunto.

SENADOR ALEXANDRE COSTA, em questão de ordem — Solicitação à Mesa da inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 102/82, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo.

O SR. PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre o pleito formulado pelo Senador Alexandre Costa.

SENADOR HUMBERTO LUCENA, em explicação pessoal — Posição do PMDB com relação ao pedido de empréstimo formulado pelo Governo do Estado de São Paulo, face conceitos sobre o assunto emitidos na presente sessão pelo Senador Nelson Carneiro.

SENADOR ALEXANDRE COSTA, em explicação pessoal — Aduzindo novas considerações à solicitação feita anteriormente à Mesa, face o pronunciamento de seu antecessor na tribuna.

SENADOR JOSÉ LINS, em explicação pessoal — Acordo de Liderança firmado entre os Partidos para a apreciação dos pedidos de empréstimos formulados por Estados e Municípios.

SENADOR JOSÉ LINS — Resposta ao discurso proferido no Expediente da presente sessão pelo Senador Humberto Lucena.

SENADOR FRANCO MONTORO — Violação de correspondência enviada a S. Exª pelo Presidente da República do Equador.

SENADOR JOSÉ FRAGELLI — Observações sobre o quadro político do Estado do Mato Grosso do Sul.

SENADOR LOMANTO JÚNIOR — Análise sobre a crise que se verifica na lavoura cacaueteira.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Confronto entre os índices de inflação e o rendimento das cadernetas de poupança.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Correspondência recebida do Departamento de Temperança da Associação Paulista da Igreja Adventista do 7º Dia, de apoio à campanha desenvolvida por S. Exª, contra os malefícios do tabagismo.

SENADOR HELVÍDIO NUNES — Realização da convenção do Distrito Regional do PDS do Estado do Piauí. Inauguração do Educandário João Emílio Falcão Costa, na cidade de Teresina—PI.

SENADOR MARTINS FILHO — Distorções que estariam ocorrendo no quadro político brasileiro e, em particular, no Partido Democrático Social.

SENADOR RAIMUNDO PARENTE — Apelo ao Superintendente da SUDEPE no sentido da revogação de portaria que proíbe o aumento da frota pesqueira do Amazonas, a fim de que aquele Estado possa beneficiar-se de recente decisão do BNCC no tocante à abertura de crédito para o financiamento da atividade pesqueira.

1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA Sessão. ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Sr. Henrique Santillo, pronunciado na sessão de 9-6-82.

Do Sr. Gabriel Hermes, pronunciado na sessão de 25-6-82.

Do Sr. Evelásio Vieira, pronunciado na sessão de 29-6-82.

3 — SECRETARIA-GERAL DA MESA

— Resenha das matérias apreciadas de 1º a 30-6-82.

4 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO

— Ata de reunião do Conselho.

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 98ª SESSÃO, EM 30 DE JUNHO DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. JARBAS PASSARINHO E ALMIR PINTO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — João Calmon — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Álvaro Barcelos — Tancredo Neves — Dulce Braga — Franco Montoro — Henrique Santillo — José Fragelli — Evelásio Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projetos de Lei sancionados.

Nº 126/82 (nº 260/82, na origem), de 29 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 14/82—CN, que acresce os efetivos do Exército em tempo de paz. (Projeto que se transformou na Lei nº 7.006, de 29 de junho de 1982.)

Nº 127/82 (nº 261/82, na origem), de 29 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 12/82—CN, que cria cargos de juiz federal no Quadro de Juizes da

Justiça Federal de Primeira Instância, para os fins previstos no art. 123, § 2º, da Constituição, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 7.007, de 29 de junho de 1982.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Senado Federal, em 30 de junho de 1982

Sr. Presidente:

Em cumprimento ao disposto no art. 43, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, tenho a honra de comunicar a V. Exª que a partir da presente data me afasto do exercício do mandato de Senador pelo Estado de São Paulo a fim de, nos termos do estabelecido no art. 36 da Constituição, assumir o cargo para o qual fui nomeado, de Secretário dos Negócios da Administração daquele Estado.

Atenciosas saudações, — *Ferreira Filho*.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Em decorrência do afastamento do ilustre Senador Ferreira Filho do exercício do mandato pela representação do Estado de São Paulo, a fim de desempenhar função prevista nos arts. 36 da Constituição e 43, b, do Regimento Interno, a Presidência comunica ao Plenário que assumirá o mandato o 2º-suplente, Senhora Dulce Salles Cunha Braga, uma vez que a licença concedida ao titular, Senador Amaral Furlan, se estenderá até 29 de outubro, período superior a 120 dias.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — S. Exª se encontra na Casa e encaminhou à Mesa o respectivo diploma, que será publicado de acordo com o disposto no Regimento Interno.

É o seguinte o diploma encaminhado à Mesa

Diploma de

Segundo Suplente de Senador da República pelo
Estado de São Paulo conferido a sua Excelência a
Senhora Dulce Salles Cunha Braga

Extrato da Ata da Sessão do Colégio Eleitoral, de primeiro de setembro de mil novecentos e setenta e oito, de eleição de Segundo Suplente de Senador da República pelo Estado de São Paulo, na parte relativa a candidata

Dulce Salles Cunha Braga

Do primeiro dia do mês de setembro, do ano de mil novecentos e setenta e oito, na Capital do Estado de São Paulo, às nove horas, reuniu-se o Colégio Eleitoral, no Plenário da Assembleia Legislativa, sob a direção do seu Presidente, Deputado Natal Gale, e dos Secretários convidados, Deputados Afrêdio Nunes da Silva, Waldemar Lopes Ferraz e Emil Adib Razuk. Na conformidade do disposto na Emenda Constitucional número oito, de catorze de abril de mil novecentos e setenta e sete, que deu nova redação ao artigo treze da Constituição Federal, regulamentada pelo Decreto-lei número mil quinhentos e quarenta e três, de catorze de abril de mil novecentos e setenta e sete, procedeu-se a eleição de

Segundo Suplente de Senador da República pelo Estado de São Paulo

Do total de um mil duzentos e cinquenta e dois membros do Colégio Eleitoral responderam a chamada um mil e vinte e sete membros tendo sido apurados um mil e vinte e dois votos. Mais do que a maioria absoluta, para a candidata

Dulce Salles Cunha Braga

Inscrita pela Aliança Renovadora Nacional, que foi proclamada e eleita

Segundo Suplente de Senador da República pelo Estado de São Paulo para exercer o mandato no período a iniciar-se a primeiro de fevereiro de mil novecentos e setenta e nove e a terminar a trinta e um de janeiro de mil novecentos e oitenta e oito, pelo que se lhe confere o presente Diploma, em nome do Colégio Eleitoral.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aos vinte e oito de setembro de mil novecentos e setenta e oito

Assinaturas:
Natal Gale, Presidente
Afrêdio Nunes da Silva, Secretário
Waldemar Lopes Ferraz, Secretário
Emil Adib Razuk, Secretário
Dulce Salles Cunha Braga, 2ª Secretária

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Designo os Srs. Senadores José Lins e Agenor Maria para comporem Comissão que deverá introduzir S. Exª em plenário, a fim de prestar o compromisso regimental. (Pausa.)

Acompanhada da Comissão designada, dá entrada em plenário a Srª Dulce Salles Cunha Braga, prestando junto à Mesa o seguinte compromisso regimental:

"Prometo guardar a Constituição e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senadora que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Declaro empossada, Senadora da República, a nobre Senhora Dulce Salles Cunha Braga, que integrará, no Senado, a representação do Estado de São Paulo.

A partir deste momento S. Exª passará a participar dos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, acabamos de receber na nossa Bancada a Senhora Dulce Braga que falará agora, por cessão da palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Exª delega a palavra, como Líder, à Senadora Dulce Salles Cunha Braga. S. Exª tem a palavra.

A SRª DULCE BRAGA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, nobres Senadores da República, nobres Srs. Deputados que me honram com sua presença também:

Ao assumir a cadeira de Senadora da República, nesta Casa protegida por Cristo, eu o faço na convicção de que me restava ainda uma missão a cumprir.

Julgava encerrada minha carreira política quando, por motivo de saúde, deixei de candidatar-me a Deputada Estadual, pela 4ª vez consecutiva, após ter exercido a vereança pela cidade de São Paulo por 2 mandatos.

Rebuscando a memória, reconheço que iniciei a vida pública, graças ao idealismo de meu pai, lá no sertão de São José do Rio Preto, dele herdando a vocação pela política que desde muito moça me atraiu, ao mesmo tempo em que exercia o magistério, carreira difícil, porém, gratificante. São longos anos percorridos, em que no exercício de sucessivos mandatos legislativos, tentei prestar serviços ao meu povo, ao meu Estado, acreditando ter espargido sementes em solo fértil.

Sempre aceitei o desafio do voto, buscando no eleitor alguém a quem eu devia prestar contas, sem comercializar consciências.

Hoje, confesso, meu Presidente, com timidez e humildade, aceito novo desafio ao ocupar, durante 4 meses, a cadeira pertencente ao nobre e ilustre Senador Amaral Furlan que, por mais de 20 anos militou na Câmara Federal e também a vaga aberta pela licença do eminente Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, cujo trabalho à frente da Secretaria de Estado da Administração, S. Exª não pode interromper. Emérito professor de Direito Constitucional, como foi muito bem dito na sessão do Senado e da Câmara Federal, hoje de manhã, pelo meu ex-colega, Deputado Cunha Bueno, que me está prestigiando com a sua presença e que lá fez uma referência muito amável, muito gentil, a este respeito, aproveito a oportunidade para dizer que S. Exª, na Secretaria de Cultura, fez um trabalho verdadeiramente extraordinário.

Mas, continuando: Emérito professor de Direito Constitucional e vice-Governador na administração anterior, S. Exª teria o ensejo de brindar esta Casa de leis com seus notáveis conhecimentos jurídicos e políticos.

Neste momento, para mim, histórico, em que, na manhã de hoje —, como já disse — se reuniu o Congresso Nacional, Câmara e Senado, a fim de homenagear, em sessão solene, o cinquentenário da epopéia constitucionalista de 1932, considero-me feliz pela coincidência de também hoje assumir o mandato de Senadora da República por São Paulo. Homenageio a mulher paulista de 32, nas pessoas da Drª Carlota Pereira de Queiróz, a primeira Deputada do Brasil e da notável Professora Carolina Ribeiro, recentemente falecida. Através delas, heróicas figuras da Revolução Constitucionalista, desejo estender esta saudação a todas aquelas que lutaram pelos ideais de liberdade democrática que São Paulo tentou oferecer a todo o Brasil. E desejo lembrar também que, se muitos morreram nas trincheiras e no decurso implacável dos tempos, não morreu, é imortal o ideal paulista que jamais se entregou e nunca sucumbiu sob o poder da força de qualquer ditadura. A prova cabal desta assertiva se personifica nos ilustres componentes da Comissão das Comemorações do Cinquentenário da revolução de 1932, que culminarão no dia 9 de julho, com a presença já confirmada, em São Paulo, do Exmº Sr. Presidente da República, João Figueiredo.

O intelectual do ano, o novo Príncipe dos poetas, Paulo Bonfim, vem traduzindo, através dos anos, em vários poemas, o cantar épico da Revolução imortal. Eis um deles:

Enquanto houver injustiça,
Enquanto houver sofrimento,
Enquanto a terra chorar,
Enquanto houver pensamento,
Enquanto a história falar,
Enquanto existir beleza,
Enquanto florir paixão,
Enquanto o sonho for sonho,
Enquanto o sangue for sangue,
Enquanto existir saudade,
Enquanto houver esperança,
Enquanto os mortos velarem,
— É sempre 9 de julho!

Chego ao Senado Federal, acreditando na restauração plena do regime democrático, proposto com determinação pelo eminente Presidente João Figueiredo, fiel aos mesmos ideais pelos quais um dia — há 50 anos passados — São Paulo se ergueu em nome do Brasil, para defender a lei e implantar a democracia, sob o império de uma constituição.

Trago em meu pensamento um pequeno programa de trabalhos que pretendo defender ao lado de tantos outros, de autoria dos nobres Senadores, que acima dos interesses menores, da política partidária, comprometo-me a apoiar.

Ressalvadas as dificuldades inerentes à atividade parlamentar, como mulher é natural que a defesa contra as discriminações que ainda resistem à lógica dos fatos. Não sou feminista e por isto convido os nobres Senadores a lutarem ao meu lado, como eu estarei ao lado deles em tudo o que for útil, bom e conveniente ao povo brasileiro.

Assim, reitero ser oportuna a criação do Ministério para Assuntos da Mulher e da Família. Da mesma forma, de há muitos anos venho reivindicando a aposentadoria proporcional da mulher aos 25 anos, quando o homem já a tem cinco anos antes da integral, há muitos anos. Sem ser feminista, lutando ao lado do homem, pelos direitos da mulher, pretendo também encampar a luta pela valorização dos Municípios, hoje tão sacrificados na redistribuição da renda nacional.

Lembro que estarei atenta na defesa do empresariado nacional, particularmente da pequena e média empresa, visando a sua capitalização. Lutarei, como sempre, nobre e grande Senador Jarbas Passarinho, pela alfabetização — minha bandeira de tantos anos passados — pela educação e pela cultura, em tudo que lhes diga respeito.

Finalmente, neste momento desejo prestar uma homenagem a este ser tão menosprezado, tão esquecido, tão enganado e que sempre mereceu o meu maior respeito: quem será ele? Ao eleitor, a esta criatura que ainda não se deu conta da força que tem e que possui, em suas mãos, o poder de ajudar a construir o País, ou seja, o poder do voto, consciente, honesto e coerente com o patriotismo inato do brasileiro. Ao eleitor, as minhas homenagens e ao Estado de São Paulo que, com orgulho e desprendimento representarei, o meu compromisso de corresponder, com trabalho e fé, à confiança que me foi deferida.

O Sr. José Lins — Permite V. Exª um aparte?

A SRª DULCE BRAGA — Com grande honra.

O Sr. José Lins — Nobre Senadora Dulce Braga, a Bancada do PDS exulta com a presença de V. Exª que aqui chega num dia particularmente importante para o Congresso Nacional e para o País, o dia em que comemoramos o cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 1932. V. Exª chega, já de saída, levantando bandeiras de grande significação para o povo brasileiro. Isto mostra a sensibilidade de V. Exª como política que é, e certamente, mais uma vez, São Paulo tem nesta Casa um representante à altura do grande Estado. Nestes tempos de Copa é de vitórias, nobre Senadora, vem o PDS fazer, através de V. Exª, o seu segundo gol. A segunda mulher Senadora do nosso Partido. Fizemos um primeiro gol; o PMDB fez dois. Voltamos a empatar o jogo com a encantadora e eficiente presença de V. Exª.

A SRª DULCE BRAGA — Muito grata pelas palavras tão delicadas, ditadas pelo grande coração, tão conhecido já, de V. Exª.

O Sr. Passos Pôrto — Permite V. Exª um aparte, nobre Senadora Dulce Braga?

A SRª DULCE BRAGA — Com grande honra.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senadora, V. Exª já é a quarta mulher que, nesta Legislatura, assume o Senado da República. O Senado sempre foi dirigido por mulheres. As assessorias maiores do Senado sempre foram conduzidas pelo talento e pela cultura feminina. Nesta Legislatura o Plenário já está recebendo a quarta mulher, para honra de todos nós, para mostrar que neste País, realmente, não há discriminação, sobretudo nestes tempos modernos, onde a mulher brasileira cada vez mais participa da sua vida cultural, econômica e política. V. Exª, realmente, chega nesta Casa precedida pela fama de uma grande representante do povo paulista, como Vereadora, como Deputada Estadual. V. Exª é uma líder que penetra neste Senado com uma biografia que, sem dúvida alguma, irá honrar a mulher paulista e a

mulher brasileira. Receba, portanto, a minha saudação e do meu Estado, pela alegria de tê-la neste dia, quando o Congresso Nacional rememorou os 50 anos da Revolução Constitucionalista de São Paulo.

A SRª DULCE BRAGA — É com respeito e emoção que ouço suas palavras, nobre Senador.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Exª um aparte?

A SRª DULCE BRAGA — Com grande honra.

O Sr. Nelson Carneiro — Nobre Senadora Dulce Braga, não posso deixar de me congratular com a sua presença nesta Casa, porque no seu programa figuram algumas daquelas preocupações que durante muito tempo foram e até hoje são ainda as minhas preocupações. Tenho a vaidade de dizer que, quanto me foi possível, através de uma árdua luta parlamentar, consegui abrir clareiras para a mulher num campo difícil que era aquele em que se projetavam apenas os interesses e as disposições favoráveis ao homem. Mas, ao lado disso, V. Exª recorda a determinação da fixação em 25 anos da aposentadoria voluntária e proporcional da mulher, tese que desde 1968, juntamente com o Deputado Ulysses Guimarães, venho defendendo na Câmara dos Deputados e aqui também no Senado. Cheguei até a apresentar emenda constitucional que não logrou aprovação. Finalmente, e isso me é muito caro, V. Exª me faz voltar à juventude, aos 22 anos, quando participei do Movimento Constitucionalista na Bahia em favor de São Paulo e, em consequência desse Movimento, juntamente com 517 acadêmicos, 7 ou 8 catedráticos e alguns homens políticos do melhor quilate — e aqui eu recordo o nome do Senador Luiz Viana, dentre os membros desta Casa — participamos do movimento de 22 de agosto de 1932. Em consequência, vim deportado para o Rio de Janeiro num porão de navio. A vida mudou tanto que eu acabei, depois de duas vezes Deputado Federal pela Bahia, representante daquela terra que me acolheu tão generosamente e a que tenho procurado servir com a maior dignidade. Agradeço a V. Exª pelas emoções que me traz e, principalmente por recordar aqueles dias distantes do Movimento Constitucionalista, que devem estar sempre presentes aos nossos olhos e diante de nós como um exemplo, principalmente como um estímulo, para que, muito cedo, se restaure integralmente a vida democrática no País. Agradeço a V. Exª a oportunidade da sua presença e o ensejo deste aparte.

A SRª DULCE BRAGA — Por estas palavras, pela sua ação e pela sua vida é que V. Exª tem merecido o respeito não só de todos os seus companheiros mas do povo brasileiro. Quero lembrar a V. Exª, também, que foi uma comissão aberta por sua autoria, uma Comissão de Inquérito do Senado e da Câmara Federal sobre as discriminações contra a mulher, que eu tive a grande honra de, tratando dessas discriminações, propor o Ministério que trata dos assuntos da mulher e da família que, pela Relatora Lygia Lessa Bastos foi acolhido e proposto em suas resoluções. Portanto, se tenho tido essa constante bandeira, devo a V. Exª também.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Exª um aparte?

A SRª DULCE BRAGA — Com grande honra.

O Sr. Franco Montoro — Por delegação da nossa Liderança, Senador Humberto Lucena, em nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e como Senador por São Paulo, seu colega e seu amigo, eu quero trazer a nossa palavra de acolhida, e ao mesmo tempo dizer que a lembrança feita, neste momento, por V. Exª sobre os ideais da Revolução Constitucionalista de 1932, e de outro lado, da luta para eliminar de nossa legislação as medidas que ainda permanecem de discriminação contra a mulher, dão bem o sentido de uma presença que certamente marcará, nesta Casa, a luta pelos grandes ideais de justiça e de liberdade, que são uma das grandes aspirações do povo brasileiro. V. Exª honrará o Senado e São Paulo no cumprimento desse magnífico programa que acaba de definir. As nossas boas-vindas à colega Dulce Salles Cunha Braga.

A SRª DULCE BRAGA — Aquele que admiro, não sei se pela inteligência ou pelo coração, é que fez ditar essas palavras à amiga de tantos anos.

O Sr. Lomanto Júnior — V. Exª permite um aparte?

A SRª DULCE BRAGA — Com grande honra.

O Sr. Lomanto Júnior — Nobre Senadora Dulce Salles Cunha Braga, é com muita honra, e direi mesmo com muita alegria que assisto a sua estréia

no Senado da República. Tive o privilégio de conhecê-la na casa de um amigo comum, de saudosíssima memória, na residência daquela figura que fez da sua vida um trilhar permanente, constante. Se alguém me pedisse que, agora, eu pintasse o retrato de um homem público, eu não teria vacilação, eu retrataria a figura de um amigo que é muito caro para V. Exª e para mim: Antônio Sílvia da Cunha Bueno.

A SRª DULCE BRAGA — Neste instante pediria a V. Exª, se pudessemos, fazer 30 segundos de silêncio em homenagem a ele que estaria aqui neste momento. *(Pausa.)*

Muito obrigada.

O Sr. Lomanto Júnior — Vejo, contemplo V. Exª com aquele mesmo entusiasmo da Vereadora admirável que conquistou o respeito do povo de São Paulo, da representante de São Paulo, tantas vezes na Assembléia Legislativa, e agora V. Exª atinge, sem dúvida alguma, as culminâncias da mais alta corte legislativa do País. E atinge por justiça, porque, se há alguém que fez jus a este lugar, por um passado de lutas, por afirmações que a credenciam entre as figuras mais talentosas da política paulista, é V. Exª que, agora, chega para defender teses que coincidem, para alegria minha, com as próprias teses que venho defendendo na vida pública: a valorização da mulher. Precisamos, urgentemente, reformar o nosso Código Civil, para que ela tenha as mesmas igualdades, os mesmos direitos que o homem. Mas eu não quero a mulher afastada do Parlamento, ao contrário. Ainda anteontem fui informado de que o parlamento sueco — tive oportunidade de conversar com alguns representantes — dos 350 integrantes da casa de leis da Suécia, 98 eram do sexo feminino. A mulher precisa estar aqui à frente dos governos, dirigindo com a inteligência e o coração, trazendo este potencial admirável de serviços que pode prestar à Nação brasileira. Vejo V. Exª defendendo o municipalismo, filosofia política que nos uniu desde os primórdios. Temos, insistentemente, mostrado à Nação que ela não caminhará celeremente, que ela não caminhará com a agilidade e a rapidez que desejamos, se não compreender que, enquanto houver um município pobre a Nação ainda não estará enriquecida. Cumprimento V. Exª e com os meus votos de boas-vindas, a sua permanência nesta Casa, tenho certeza, será de alegria, de satisfação, ouvindo as mensagens corajosas que V. Exª acaba de enunciar nesta Casa, defendendo aqueles princípios que defendeu na Assembléia Legislativa e na Câmara de Vereadores de São Paulo. Particularmente, é um dia de alegria para mim contemplar na tribuna deste Senado Dulce Salles Cunha Braga.

A SRª DULCE BRAGA — Obrigada, nobre Senador, pelas palavras que vêm do seu coração e chegam ao meu.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite V. Exª uma rápida intervenção, uma vez que o tempo de V. Exª está praticamente esgotado, conforme o aviso da Presidência?

A SRª DULCE BRAGA — Com grande honra para mim.

O Sr. Aderbal Jurema — Pernambuco não poderia deixar de se associar a esta festa de inteligência que o Senado assiste com a posse de V. Exª Pernambuco de Clara Camarão, na expulsão dos holandeses, Pernambuco de Maria Quitéria, na Guerra do Paraguai, Pernambuco de Mariana Amália, que organizou batalhões de mulheres para prestarem socorro aos feridos daquela mesma guerra e Pernambuco que hoje, nesta Casa, saúda à representante de São Paulo como a uma irmã. Nós que fundamos, em 1827, os primeiros cursos jurídicos do Brasil, a Faculdade de Direito, o Curso Jurídico de Olinda e o Curso Jurídico de São Paulo, unidos pelo Direito e pela fé na democracia, nós recebemos V. Exª com uma salva de palmas em nossas corações. *(Palmas.)*

A SRª DULCE BRAGA — Meu Presidente, eu lhe pediria que me desse mais alguns minutos, para poder agradecer a essas palavras que me têm sido dirigidas, palavras que me tocam o coração e que me dão forças para que possamos realmente trabalhar, aprender com os Srs. e trabalhar.

Pediria, para terminar, Sr. Presidente, V. Exª vai me desculpar, nós estamos começando, engatinhando, não sei se é do protocolo, mas eu precisaria agradecer a presença que estou vendo aqui, em plenário, da Presidente do PDS de São Paulo, Dona Guiomar Milan Sartori, a qual veio representando as mulheres do Comitê, para estar aqui na nossa posse.

Sr. Presidente, agora V. Exª vai me desculpar, mas ao finalizar, eu vou pedir licença a V. Exª, vou pedir licença a este grande Presidente Jarbas Passarinho, a quem eu tanto admiro há tantos anos, para, como mulher,

saudar, não na sua pessoa, mas na pessoa de sua grande, ilustre e culta esposa, Dona Ruth, às esposas de todos os Senadores com assento nesta Casa. E estendo minha saudação muito carinhosa à querida Senadora Eunice Michiles, minha amiga dileta de muitos anos e à Senadora Laélia de Alcântara, do Estado do Acre, com quem espero excelente relacionamento.

Finalizando, Sr. Presidente, à imprensa, falada e escrita, esse poder livre e respeitado, peço a indispensável colaboração para que eu possa trabalhar. Aos funcionários do Senado, reconhecidamente competentes, o meu boa tarde e a certeza deles merecer a necessária cooperação para suprir as minhas naturais e compreensíveis faltas.

E agora, com todos os Senhores, salve a bandeira do meu País, símbolo da esperança do meu povo. Obrigada. *(Muito bem! Palmas. A oradora é cumprimentada.)*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando assumi formalmente a Liderança do PMDB nesta Casa, em princípios de março passado, antecipei que 1982 seria um ano particularmente desafiador à capacidade de trabalho e à vontade de luta das Oposições brasileiras. Isso porque, afirmava naquela oportunidade, não seriam poucas, nem pequenas, as dificuldades, as fórmulas de laboratório e os casuismos elaborados no Palácio do Planalto para enganar o povo e, conseqüentemente, vencer as Oposições nas próximas eleições de novembro.

Passados os primeiros seis meses do ano, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como avaliar nossas previsões? Estavam elas corretas ou erradas? O que revelaram os fatos? Qual o balanço que se pode fazer hoje, ao fim desse primeiro semestre de funcionamento do ano legislativo?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não poderíamos deixar que mais um semestre terminasse sem registrar aqui o que de fato vem ocorrendo no plano político neste país. E para tanto não é necessário que as Oposições respondam às questões que formulei. Até mesmo os representantes do partido oficial nesta Casa haverão de admitir que o que assistimos nos últimos meses foi o permanente esforço do Governo em dificultar a manifestação livre da vontade popular, em falsear antecipadamente os resultados das urnas, em impedir a qualquer custo a vitória das Oposições e, até mesmo, em, autoritariamente, impor seus nomes ao próprio partido oficial, soterrando candidatos que emergiram autenticamente das bases partidárias.

Além disso, Senhor Presidente, Senhores Senadores, há de se registrar, não sem certa perplexidade, o que impotentemente verificamos nestas últimas semanas, junto ao clima de euforia — aliás legítimo — que cerca a realização da Copa do Mundo de Futebol.

Será por acaso, ou simplesmente coincidência, a absurda condenação dos padres e posseiros em Belém do Pará? O processo "Kafkiano" de expulsão do presidente da UNE? O retrocesso evidente do "pacote da Censura"? E o que dizer da violência que é o "pacote de maio" — que o PDS acaba de aprovar como Emenda nº 22 à Constituição, pela imposição do Planalto e pela força deste outro absurdo que é a Lei de Fidelidade partidária?

Será, pergunto Sr. Presidente, Srs. Senadores, será mera coincidência que tudo isso esteja ocorrendo exatamente quando o povo brasileiro se vê anestesiado pela paixão nacional número um; o futebol?

Será coincidência que estejamos ainda, exatamente neste mês de junho, sendo também alvo de uma milionária campanha publicitária que insiste em que tudo está bem e que vamos todos crescer juntos, quando até mesmo os tecnoburocratas do poder se surpreendem com as altas taxas inflacionárias que já se admite chegaram a 7% nos últimos 30 dias?

É de se perguntar, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, onde acaba a manipulação do sonho, da fantasia e da ilusão, e onde começa a realidade concreta, dura e sofrida de milhões de brasileiros?

O fato é que mais um semestre se vai dentro da propalada "abertura" e aí estão na realidade política concreta, ao lado das continuadas demonstrações de força e de arbítrio do Governo, a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa, a Lei de Greve, a Lei Falcão, a Lei dos Estrangeiros, o decurso de prazo, a fidelidade partidária, etc. etc.

Além disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, agora somos obrigados a conviver também com as recentes modificações na Constituição — melhor

diria na Carta outorgada — principalmente com o restabelecimento do quorum de dois terços para sua alteração que, como todos sabemos, pretende impedir que o próximo Congresso, onde o Governo está certo não terá maioria, promova, por exemplo, as eleições diretas para Presidente da República.

Como observou com propriedade editorial da *Folha de S. Paulo*, comentando a estratégia do Palácio do Planalto, “Não se pode negar que é uma fórmula engenhosa. Infelizmente, não se pode negar também que é uma fórmula que saca levemente sobre o futuro do País, congelando-lhe as instituições políticas quando o equilíbrio das forças políticas nacionais caminha para uma mudança acentuada a partir das próximas eleições. Esperemos que tamanho engenho não resulte, afinal, no próprio impasse institucional que o governo se diz preocupado em evitar.”

Sr. Presidente, Srs. Senadores: Chegamos ao fim do semestre e o decreto presidencial que determinou recentemente a recomposição do Conselho Superior de Censura e o surpreendente — até mesmo para setores do Governo — rigor das penas atribuídas aos padres e posseiros do Pará, num julgamento cheio de contradições e falhas, são indicadores de uma nova disposição de arrocho e controle dos meios de comunicação, das manifestações artísticas e políticas. Vale a pena, neste sentido, ler trecho da nota oficial recentemente divulgada pela CNBB. Referindo-se ao julgamento de Belém, diz a nota:

“Este acontecimento confirma a necessidade de rejeitarmos a atual Lei de Segurança Nacional que continua sendo usada em flagrante conflito com as normas fundamentais do Direito Comum e do bom senso. Urge modificar também toda e qualquer legislação que, pouco a pouco, foi sendo penetrada pelas exigências absolutistas da Lei de Segurança Nacional, particularmente a vigente Lei dos Estrangeiros.

Impõe-se uma reforma agrária que de fato faça justiça e reconheça os direitos fundamentais à propriedade de terra de quem efetivamente nela trabalha.

Que estas exigências não fiquem esquecidas, sobretudo num ano em que o povo é chamado à escolha de seus dirigentes pelo voto.”

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não podemos naturalmente esquecer que este é um ano eleitoral. Estamos hoje a exatamente quatro meses e meio da realização das eleições de 15 de novembro e — parece impossível — sequer conhecemos as regras finais do jogo eleitoral. Até hoje não se sabe como será a cédula oficial para o voto vinculado. Não se sabe também o que será afinal “permitido” em termos de acesso dos candidatos ao rádio e à televisão, elemento absolutamente fundamental para o verdadeiro exercício democrático que se diz pretender neste País.

Quanto à famigerada Lei Falcão, Sr. Presidente, Sr. Senadores, até hoje, por mais incrível que possa parecer, não foi revogada ou sequer reformulada. Tudo o que se conhece são declarações contraditórias de membros do partido do Governo e até mesmo do Ministro da Justiça. Ora se diz que nem mesmo a reformulação é possível em decorrência do grande número de candidatos a cargos em uma eleição geral como a de novembro próximo. Ora, ao contrário, se fala em instituir a propaganda paga, o que seria evidentemente um enorme retrocesso, principalmente pela possibilidade que se abriria de novos abusos do poder econômico e de influência do Estado dentro do processo eleitoral, já sabidamente desvirtuado pelas constantes leis casuísticas que o Governo, temeroso, não cansa de promover.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao fazer este rápido balanço do semestre político, não posso, portanto, deixar também de registrar a estranheza do PMDB em relação a este injustificável adiamento da definição das normas que deverão reger a propaganda dos partidos e dos candidatos nos meios de comunicação, sobretudo quando se divulga — inclusive no âmbito internacional — a imagem de um Brasil que vive tempos de “abertura” e se aproxima da plenitude democrática. Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como será possível a plenitude democrática sem o livre acesso aos modernos meios de comunicação, principais formadores de opinião pública nas sociedades contemporâneas, meios dos quais o Governo, aliás, se utiliza com tanta avidez e frequência?

Posso anunciar, todavia, que o PMDB pretende articular com os demais partidos de Oposição, a partir de agora, uma Campanha de Mobilização da opinião pública nacional, no sentido de ter assegurado o livre debate dos problemas econômicos, sociais, políticos e culturais deste Brasil—1982, sobretudo no rádio e na televisão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Apesar de todos os problemas apontados aqui e dos incontáveis obstáculos que têm sido criados para as Oposições brasileiras nesse ano eleitoral, o PMDB chega a julho confiante e marcha para as eleições de novembro certo da vitória nas urnas. Não pode mais haver dúvida de que o povo, na sua aparente ingenuidade, saberá distinguir entre o discurso fantasioso do poder, que há mais de 18 anos aí está, e a proposta renovadora dos candidatos da Oposição. Continuaremos em praça pública denunciando o autoritarismo, as leis de exceção e os casuísmos eleitorais e eleitoreiros. E, apesar do balanço deste primeiro semestre de 1982 ser outra vez negativo, continuamos otimistas e confiantes na vitória das Oposições em novembro próximo.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Em 30 de junho de 1982

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de São Paulo adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Democrático Social.

Atenciosas saudações, — *Dulce Salles Cunha Braga* (Assinatura por extenso).

Nome parlamentar: *Dulce Braga.*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A comunicação lida vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 1982

Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 389 da CLT, o seguinte inciso V, com revogação de seus §§ 1º e 2º:

“Art. 389.

V — local apropriado para as empregadas guardarem, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período da amamentação e da pré-escola.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A verdade é que a determinação consignada nos §§ 1º e 2º do art. 389 da CLT, nunca foi suficiente para resolver o problema de guarda e assistência dos filhos das mulheres trabalhadoras.

Começa que a medida nem é bem uma determinação, eis que fala em empresas (ou estabelecimentos) em que trabalhem pelo menos trinta mulheres, com mais de dezesseis anos de idade ... etc., etc.

Ora, tais requisitos já são uma forma de as empresas contornarem a obrigação, bastando, para tanto, que não contratem mulheres nas condições previstas no § 1º, do art. 389.

Por isto que, ao contrário de deixar consignado na lei um dispositivo facilmente burlável, estamos propondo que todas as empresas sejam obrigadas, aproveitando para tanto o próprio *caput* do art. 389, CLT e, apenas, acrescentando-lhe um inciso (sob nº V).

Com a providência esperamos regradar melhor esta medida de proteção tanto à mulher trabalhadora, quanto a seus filhos em idade de amamentação e de pré-escola.

Sala das Sessões, 30 de junho de 1982 — *Nelson Carneiro*.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 389. Toda empresa é obrigada:

I — a prover os estabelecimentos de medidas concernentes à higienização dos métodos e locais de trabalho, tais como ventilação e iluminação e outros que se fizerem necessários à segurança e ao conforto das mulheres, a critério da autoridade competente;

II — a instalar bebedouros, lavatórios, aparelhos sanitários; dispor de cadeiras ou bancos em número suficiente, que permitam às mulheres trabalhar sem grande esgotamento físico;

III — a instalar vestiários com armários individuais privativos das mulheres, exceto os estabelecimentos comerciais, escritórios, bancos e atividades afins, em que não seja exigida a troca de roupa e outros, a critério da autoridade competente em matéria de segurança e higiene (atualmente segurança e medicina) do trabalho, admitindo-se como suficientes as gavetas ou escaninhos, onde possam as empregadas guardar seus pertences;

IV — a fornecer, gratuitamente, a juízo da autoridade competente, os recursos de proteção individual, tais como óculos, máscaras, luvas e roupas especiais, para a defesa dos olhos, do aparelho respiratório e da pele, de acordo com a natureza do trabalho.

§ 1º Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

§ 2º A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do Sesi, do Sesc, da Lba ou de entidades sindicais.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum.

Em consequência, as matérias da pauta de hoje, todas pendentes de votação, deixam de ser submetidas à deliberação do Plenário, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão.

São os seguintes os itens cuja apreciação é adiada:

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 183, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.098, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 29.364.200,00 (vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.099, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 123/82, do Senador Dirceu Cardoso, de audiência da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 258, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.424,

de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Boca do Acre (AM) a elevar em Cr\$ 8.613.200,00 (oito milhões, seiscentos e treze mil e duzentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.425 e 1.426, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

— de *Municípios*, favorável.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 266, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.452, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Catanduva (SP) a elevar em Cr\$ 39.300.000,00 (trinta e nove milhões e trezentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.453 e 1.454, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 25, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 145, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alexânia (GO) a elevar em Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 146 e 147, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso; e

— de *Municípios*, favorável.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 33, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 189, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Itapira (SP) a elevar em Cr\$ 29.745.360,00 (vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 190 e 191, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 38, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 279, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 108, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 713, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 10.027.899.259,79 (dez bilhões, vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e setenta e nove centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 714, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 240, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.342, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Coxim (MS) a elevar em Cr\$ 12.356.000,00 (doze milhões, trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.343 e 1.344, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

— de *Municípios*, favorável.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 30, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 178,

de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína (GO) a elevar em Cr\$ 159.638.841,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 179 e 180, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso; e

— de *Municípios*, favorável.

10

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 80, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 423, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Tocantinópolis (GO) a elevar em Cr\$ 43.371.328,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e um mil, trezentos e vinte e oito cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 424 e 425, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 218, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.270, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 988.603.570,49 (novecentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e setenta cruzeiros e quarenta e nove centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.271, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 221, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.276, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 25.239.000,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e trinta e nove mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.277, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

13

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 14, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 39, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Jaciara (MT) a elevar em Cr\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 40 e 41, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

14

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 59, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 334, de 1982), que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 29.079.200.000,00 (vinte e nove bilhões, setenta e nove milhões e duzentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 335, de 1982, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

15

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável;

— de *Saúde*, favorável; e

— de *Finanças*, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

16

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Con-

solidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável; e

— de *Finanças*, favorável.

17

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e

— de *Educação e Cultura*, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

18

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável.

19

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável; e

— de *Finanças*, favorável.

20

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*;

— de *Legislação Social*;

— de *Serviço Público Civil*; e

— de *Finanças*.

21

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 318, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 319 e 320, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 309/81, de autoria do Senador Dirceu Cardoso, de reexame da Comissão de Constituição e Justiça.)

22

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável;

— de *Serviço Público Civil*, contrário; e

— de *Economia*, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A insídia, Sr. Presidente, tem mil pernas. Volto assim, constrangido, ao motivo que ontem me trouxe à tribuna. Nunca os quatro Senadores fluminenses votaram contra qualquer projeto de empréstimo do Rio de Janeiro, no decorrer desses 4 anos, apesar das conhecidas divergências partidárias. Nunca por eles foi sequer pedida verificação de *quorum*. O empréstimo de quase 30 bilhões de cruzeiros, talvez o maior já submetido à apreciação do Senado, não foi objeto de prévio nem posterior entendimento, de que figurassem os 4 representantes fluminenses. No avulso, não há qualquer referência a pagamento a funcionários públicos. Também o projeto jamais foi submetido à votação. O que se pretendeu aprovar, sem qualquer explicação, foi a inversão da Ordem do Dia, quando não havia número na Casa, como foi apurado em verificação não requerida por qualquer de nós. Na sessão de ontem, poucos foram os Senadores presentes, o que seria previsível no penúltimo dia do semestre de um ano eleitoral. O nobre Senador Álano Barcelos fora convocado pela Comissão que aprecia a denúncia formulada contra o Procurador-Geral e seu voto não seria bastante para formar o *quorum* de 34, quando no plenário não se encontravam nem 20 Senadores. Ontem, também se pediu preferência para projetos semelhantes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Mas aqui também não estavam os quatro ilustres Senadores peemedebistas daqueles Estados. Será que aqueles nobres parlamentares estarão também contra seus Estados? A conclusão seria absurda.

Ainda ontem, por não haver ouvido sua bancada, o nobre Líder peemedebista, Senador Humberto Lucena, impediu que se apreciasse, na sessão extraordinária, um empréstimo para o metrô de São Paulo. Espero que ninguém venha a acusar o PMDB de ser contra o Estado de São Paulo. A insídia, Sr. Presidente, tem mil pernas, tanto mais quando se a quer explorar para fins políticos. Mas ela acabará desmoralizando os que dela se servem. (*Muito bem!*)

O Sr. Alexandre Costa — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Alexandre Costa.

O SR. ALEXANDRE COSTA (Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

V. Exª anunciou a Ordem do Dia, mas o art. 192, do Regimento Interno, que me daria condições de propor o que eu desejo, independeria do número a que V. Exª se referiu. Assim, baseado no art. 192, do Regimento Interno, peço a V. Exª que mande incluir na Ordem do Dia o Projeto de Resolução nº 102/82.

V. Exª, Sr. Presidente, como Ministro, como Governador, como administrador e como grande homem público conhece o alcance deste projeto e sabe dos prejuízos que acarretarão sua procrastinação ao transporte de massa no Estado de São Paulo.

É o que peço a V. Exª.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal, diante do discurso do nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Se V. Exª me permite, gostaria de antes responder ao nobre Senador Alexandre Costa.

O Sr. Humberto Lucena — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Nobre Senador Alexandre Costa, eu agi escrupulosamente dentro do Regimento Interno, porque estavam presentes apenas 20 Srs. Senadores na Casa, não há número para deliberações. Consequentemente, nada que correspondesse à Ordem do Dia poderia ser apreciado. No caso, V. Exª me faz uma solicitação, baseado no art. 192. Vou analisar a matéria e verificar em que ponto ela se encontra, porque para incluí-la na Ordem do Dia eu posso fazê-lo, como V. Exª sabe, desde que ultimada a tramitação nas comissões. Caso contrário, teria que haver aqui um pedido de urgência ou um pedido de eliminação de interstício para esse fim. Isso requereria um requerimento e o requerimento não poderia ser votado por falta de número. Foi a razão pela qual eu desde logo anunciei que as matérias da Ordem do Dia estavam prejudicadas.

O Sr. Alexandre Costa — Queria adiantar a V. Exª que o pedido de interstício foi feito ontem, e então perdeu a razão de ser. A matéria está inteiramente em condições de ser incluída na Ordem do Dia, razão pela qual eu solicitei de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A solicitação de V. Exª será levada na devida consideração.

Concedo a palavra, para uma explicação pessoal, ao Líder Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Alexandre Costa — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Com a palavra o nobre Senador Alexandre Costa, para uma explicação pessoal.

O SR. ALEXANDRE COSTA (Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, fiquei satisfeito com as palavras do nobre Líder da Oposição, que vêm reforçar o pedido que eu fiz a V. Exª

Quanto ao critério formado entre as Lideranças, de 50 milhões de cruzeiros, ele foi quebrado quando do pedido de inversão para votar 39 bilhões de cruzeiros de empréstimos ao Estado do Rio de Janeiro. Eu, por exemplo, não fui consultado sobre nenhum acordo de Lideranças. Não sou contra o empréstimo do Estado do Rio de Janeiro, não sou contra empréstimo nenhum, mas também sou contra a procrastinação de um projeto da mais alta relevância, porque V. Exª sabe, cada dia que passa se multiplica o seu custo e a dificuldade de ser concretizado. Assim, como disse o nobre Líder, reforçando o meu pedido, eu espero que V. Exª defira o meu pedido e mande incluir na Ordem do Dia o Projeto nº 103 que cria recursos para o término da construção do metrô de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Eu estou informado pela Secretaria Geral da Mesa, que esse projeto tramita no Senado há apenas quatorze dias, e, em consequência, não me parece ter havido procrastinação nenhuma, e seguramente, logo no começo de agosto, ele será objeto de deliberação.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Não estou acusando a Mesa, Sr. Presidente. Falei procrastinação das Bancadas, não falei de Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — V. Exª está equivocado. Não estou dando resposta a V. Exª. Estou apenas completando a informação do Líder do PMDB.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Exato. Respondendo V. Exª assim, parece que acusei, e eu sou obrigado a dizer a V. Exª que não acusei a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Então, tiremos a aparência, porque não tomei como acusação de V. Exª

O SR. ALEXANDRE COSTA — Muito obrigado.

O Sr. José Lins — Sr. Presidente, peço a V. Exª me conceda a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Estamos aqui no último dia deste semestre, sem Ordem do Dia, e podemos ser — como os Srs. Senadores costumam chamar — liberais. O liberal, de modo geral, significa aquele que rasga o Regimento.

O SR. JOSÉ LINS — Jamais pediria isto a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Para explicação pessoal, a palavra já foi dada a dois Senadores.

Segundo o item V, letra "a", do art. 16 do Regimento do Senado, a palavra poderá ser concedida:

"Em qualquer fase da sessão, para esclarecimento de fato em que haja sido nominalmente citado na ocasião, em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores durante a Ordem do Dia."

Concedo a palavra a V. Exª, para explicação pessoal.

O SR. JOSÉ LINS — (Para explicação pessoal. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, apenas uma pequena retificação na posição das Lideranças no caso do acordo.

Fizemos um acordo. Lembro apenas que esse acordo não impede que votemos em projeto de qualquer natureza. Assim ficou estipulado. Apenas esses projetos deverão ser escolhidos de acordo com as Lideranças. Significa que poderemos votar projetos pequenos, grandes e até projetos sem moeda externa.

Em segundo lugar, há hoje uma angústia profunda em todos nós, porque, mesmo com o acordo, não estamos conseguindo chegar ao objetivo a

que as Lideranças visaram, que era certamente dar vazão a um número razoável de projetos, e o que se viu é que não conseguimos votar nem mesmo os pequenos projetos.

Portanto, a meu ver, há necessidade de que as Lideranças voltem a encarar o problema depois dessa experiência, coisa que só poderemos fazer em agosto. Deixo aqui já colocada essa reivindicação do PDS, para que o PMDB e os outros Partidos retomem esse problema.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Concedo-o com o maior prazer.

O Sr. Nelson Carneiro — Pediria apenas que, quando esses acordos fossem feitos, se tivesse a gentileza de comunicar aos integrantes das Bancadas dos Estados essas decisões, porque a Bancada do Estado do Rio não teve nenhuma informação, nem direta nem indiretamente, da resolução relativa a esses empréstimos. Portanto, fomos inteiramente surpreendidos. Não teríamos nenhuma dúvida em colaborar, se tivéssemos sido informados. Evidentemente, compreendo as dificuldades das Lideranças em se comunicar com todos seus liderados.

O SR. JOSÉ LINS — Nobre Senador Nelson Carneiro, V. Exª tem toda a razão. Esclareço que naquela época fizemos contatos com as Lideranças de todos os Partidos aqui representados. Acredito que aquela época V. Exª ainda era do PMDB — é a impressão que tenho —, porque já faz algum tempo, e somente agora V. Exª mudou de Partido. Claro que V. Exª merece toda a consideração, como todos os outros Líderes.

O Sr. Nelson Carneiro — Não só como Líder de Partido, como também na posição de Senador do Estado do Rio, gostaria de conhecer antes.

O SR. JOSÉ LINS — Volto a esclarecer que a nossa posição, hoje, é de reanalisar essa matéria com o objetivo de servir a todos.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins, por cessão do nobre Senador Aderbal Jurema.

O SR. JOSÉ LINS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Fragelli.

O Sr. Franco Montoro — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação urgente, com autorização do orador.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. FRANCO MONTORO (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho a obrigação de comunicar ao Senado que acabo de receber uma correspondência dirigida em meu nome, que está violada. É uma carta do Presidente do Equador, Hurtado, meu amigo pessoal. A carta não tem maior importância, mas a gravidade está no fato de a correspondência chegar as minhas mãos visivelmente violada.

Vou pedir aos responsáveis do Senado e aos Correios e Telégrafos que informem se a nossa correspondência está sendo censurada ou violada.

Faço esta comunicação, dada a gravidade que o fato apresenta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — É direito de V. Exª

Tem a palavra o nobre Senador José Fragelli.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há dias que eu estava para pronunciar este pequeno discurso sobre o que ocorre na política do meu Estado — Mato Grosso do Sul.

Os fatos dos últimos dias, em torno do último pacote do Governo, tendo eu a Presidência da Comissão Mista, tomaram-me todo o tempo, de tal modo que só agora posso fazer uma referência breve à convenção do PDS, ocorrida no dia 13 de junho, na capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Foi um triste espetáculo, Sr. Presidente, como aliás já era de prever.

Quando o Sr. Presidente da República praticou a irresponsabilidade de nomear para aquele novo Estado, como Governador, o Sr. Pedro Pedrossian, talvez a figura nacional, da política nacional mais conhecida como corrupta e corruptor, nós sabíamos que todos esses fatos iriam se suceder.

Pois bem, Sr. Presidente, àquela época o ato do Senhor Presidente da República foi justificado como uma medida partidária indispensável ao fortalecimento do Partido do Governo, naquele Estado.

Abandonado desde o início pelas lideranças mais destacadas de Mato Grosso do Sul, ele convocou para a Prefeitura Municipal de Campo Grande, a Capital, o Deputado Levi Dias, que então se encontrava no PMDB, como a única maneira de levar para si, para a nova situação estadual um político de real prestígio eleitoral. Seduziu S. Exª com a Prefeitura de Campo Grande, com alguns postos no Governo, como a Secretaria de Educação, e, assim, teve o apoio deste inegavelmente prestigioso político daquele Estado.

Mas, há dois meses, mais ou menos, irrequieto como sempre, o Governador de Mato Grosso demitiu o Sr. Levi Dias da Prefeitura de Campo Grande abruptamente e sem nenhuma satisfação. Lançou um candidato ao Governo do Estado, aliás pessoa digna, o Dr. Paulo Fagundes, mas que, não tendo nenhuma militância política, desde logo se viu, todos viram, que seria um candidato eleitoralmente fraco, embora — repito eu — pessoa inteiramente digna, inclusive, de exercer o cargo de Governador de Estado.

Segundo se diz, por imposição até do Palácio do Planalto, o Sr. Pedro Pedrossian pôs de lado o candidato oficialmente lançado por ele ao Governo do Estado, e optou pelo nome do Prefeito de Dourados, o Sr. José Elias Moreira, que, numa divisão de forças eleitorais há quatro anos, no Município de Dourados, foi eleito prefeito. Mas, a verdade é que seu conceito como político, não tendo a projeção do Sr. Pedro Pedrossian, naquele nível ético que todos nós conhecemos da fama do atual Governador de Mato Grosso, nesse mesmo nível está o Sr. José Elias Moreira. Por isso mesmo, Sr. Presidente, já no dia 9 de junho p. passado, os jornais anunciavam como iria ser a convenção do PDS e o *Correio do Estado*, editado na Capital, já anunciava:

“Um autêntico “curral de luxo” para o confinamento de convencionais durante os três dias que a Capital estará movimentada pela realização da convenção do PDS que escolherá candidatos para as eleições deste ano, está sendo montado pelo governo do Estado. São três andares em um dos hotéis mais luxuosos da Capital, onde os convencionais receberão o melhor tratamento de toda a rede hoteleira do Estado, sendo preparados “espiritualmente” para, num grupo de quatro, votarem no domingo, na convenção pedessista.

Nas “mordomias” da convenção inclui-se acompanhantes:”

Isso tudo para impedir que os convencionais tenham qualquer contato com o candidato Levy Dias que é combatido pelo Governador e votem no candidato oficial do Sr. José Elias Moreira.

Nesse mesmo dia 9, Sr. Presidente, o mesmo diário fazia essas apreciações numa notícia bem mais longa, da qual quero destacar apenas este ponto:

“que era intenção do Governo mobilizar a juventude democrática social em benefício do Governo do Estado. Mas essa intenção foi frustrada a partir do momento em que a Juventude Democrática Social se dividiu com a intransigência do seu presidente, Denaslugo, em não deixar o cargo para assumir uma secretaria de Estado..”

Veja, Sr. Presidente, a chamada Juventude Democrática Social não concordou com os métodos autoritários e de corrupção do governo do Estado para levar adiante os seus propósitos na convenção do PDS e, por isso mesmo, não quis servir ao Governo do estado que teve que contratar um pessoal numeroso para o serviço de recepção e os demais que se desenvolvem numa convenção estadual.

Seja aqui dada uma palavra de estímulo a esses jovens do PDS que não se dobraram às imposições do governador, nem mesmo, vejam bem, tendo sido oferecida uma Secretaria de Estado ao Presidente, da Juventude Democrática Social.

Dessa maneira, Sr. Presidente, foi preparada a convenção do PDS e justamente aquela pessoa dos corrilhos do Planalto — que convenceu o Presidente João Figueiredo a nomear o Sr. Pedro Pedrossian — inquieto, sem dúvida, com as notícias nada animadoras que vinham de Mato Grosso do Sul, o Sr. Heitor de Aquino foi a Mato Grosso naqueles dias que precederam a convenção do PDS, como notícia o jornal:

“O secretário chefe da Casa Civil do governo do Estado confirmou a presença de Heitor de Aquino em Campo Grande e as suas

intencões. "Ele veio dar uma olhada na movimentação política que está sendo feita", afirmou Augusto Maurício da Cunha Menezes e Wanderley. Na Casa Civil, entretanto, não foram liberadas informações acerca da estadia do "particular amigo" de Pedrossian na Capital.

Assim, se vê, que o próprio Senhor Presidente da República, através do seu Secretário Particular, Heitor de Aquino, membro, também do Conselho Político da República, se fez presente a todas essas manipulações do PDS, oficial, dirigido pelo Governador do Estado, para esmagar a candidatura Levy Dias.

Dois dos candidatos ligados a Levy Dias, Sr. Presidente, disseram-me:

"— Nós fomos derrotados pela máquina montada pelo Governo do Estado, com o pessoal do jogo de bicho e da fronteira de Ponta-Porã."

Eu não preciso dizer que o pessoal da fronteira de Ponta-Porã é o pessoal do contrabando aceito, oficialmente, em Mato Grosso do Sul. Essa banca foi montada, ali dentro da convenção do PDS, para desviar votos de Levy Dias.

E, mais do que isso, Sr. Presidente, não só a pressão do dinheiro, mas outras pressões, também, já eram anunciadas no dia 11 de junho, como atesta o *Correio do Estado* dessa data:

"Todos os convencionais estão sendo submetidos a pressões violentas, por parte do governo e de seu esquema de trabalho. Desse regime de quase terror político não escaparam, ante ontem e ontem, nem mesmo os prefeitos Pedro Ubirajara, de Aquidauana e Antônio Cordeiro, de Itaporã, formalmente rompidos com o governador Pedrossian e alinhados à dissidência de Levy Dias."

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se uma tal pressão é exercida sobre dois prefeitos, o que não foi feito em termos de pressão contra os demais convencionais. Mesmo assim, o candidato do Governo Pedrossian teve 62 votos na convenção e o Sr. Levy Dias teve 55 votos na convenção, perdendo apenas por sete votos. Com esse dinheiro todo lançado nos dias que antecederam, no próprio dia e ali no recinto da convenção do PDS, e também com essas ameaças praticadas pelo Governo do Estado em todo o processo de preparação da convenção do PDS naqueles dias que antecederam. Assim se vê, se pode aquilatar, qual o real prestígio desse governador, Sr. Presidente, que ali foi colocado — V. Ex.^s bem se lembram — quando o Ministro da Justiça em declarações à imprensa dizia que se mudava o Governador de Mato Grosso por razões partidárias internas. Em linguagem clara mudava-se, segundo o Planalto, o Governador de Mato Grosso para reforçar a posição político-eleitoral do PDS no Estado de Mato Grosso. Só o resultado dessa convenção, Sr. Presidente, mostra como o partido do Governo, liderado pelo Sr. Pedro Pedrossian, caiu no conceito, não apenas do povo de Mato Grosso do Sul, mas dos seus próprios correligionários, obtendo, apesar de todos os processos viciosos, uma vitória de apenas sete votos sobre o candidato opositor na Convenção do PDS.

Esse quadro de Mato Grosso do Sul, acho que é o que se apresenta na maioria dos estados do Brasil ou em quase todos os estados do Brasil.

Eu não quero me valer, Sr. Presidente, de manifestações aqui feitas, como a do eminente Senador Lomanto Júnior, que mostrou que processos, até com certeza mais drásticos do que esse do Governador do Mato Grosso do Sul foram empregados na Bahia pelo Governador Antônio Carlos Magalhães.

Então, podemos dizer que o PDS, através das convenções, marcha para as eleições de 15 de novembro, usando de meios, de recursos que já o condenam, antecipadamente, no conceito e na consciência de todos os homens esclarecidos e honestos deste País.

O quadro de Mato Grosso do Sul, Sr. Presidente eu não tenho trazido para o Plenário do Senado, e acho que deveria trazer — o quadro de desagregação moral do conceito do Governo perante a população sul mato-grossense.

É uma tristeza! Ainda ontem, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou, por um voto, um empréstimo a Mato Grosso do Sul de 40 milhões de cruzeiros, contra dois itens expressos das duas resoluções que regem a matéria. Vou mostrar aqui em Plenário como estão ali incluídas duas estradas, que segundo o Governador de Mato Grosso do Sul deverão ser asfaltadas e que hoje estão inundadas pelas cheias do Rio Paraguai, e com certeza assim permanecerão, absolutamente impossibilitadas de serem trabalhadas durante o resto deste ano e, pelo menos, até março do ano que vem. É por usar pro-

cessos como esse de empréstimos em dólares para uma obra impossível que um Governo como o de Mato Grosso do Sul cai verticalmente no conceito de seus concidadãos.

O PMDB, Sr. Presidente, vai realizar sábado sua convenção no Estado de Mato Grosso do Sul. Vai ser uma convenção simples, de brasileiros que se opõem a todo esse quadro da política nacional e do Estado de Mato Grosso do Sul. Uma convenção inteiramente livre uma convenção a que todos comparecerão com a consciência tranqüila de com a vontade livre de se manifestar de acordo com as suas preferências, mostrando, portanto, a diferença básica, fundamental que existe, pelo menos no meu Estado, entre os dois Partidos. Eu diria, Sr. Presidente, que esse espetáculo triste da convenção do PDS, no dia 13 de junho, não teria sido necessário se o Presidente da República não tivesse praticado aquela irresponsabilidade de nomear para o meu Estado um governador com a ficha negra do Sr. Pedro Pedrossian. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lomanto Júnior, por cessão do nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. LOMANTO JÚNIOR (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O objetivo deste meu pronunciamento, neste fim de tarde e também deste primeiro semestre de trabalho, é analisar a terrível, a grave crise que atinge a lavoura cacaueteira, um dos sustentáculos da economia da Bahia.

A lavoura cacaueteira, Sr. Presidente, é a mais importante do meu Estado e uma das mais importantes do País. Diria mesmo que elas se constitui — em num dos sustentáculos da economia baiana. Fonte geradora de divisas para o País é também geradora de grandes recursos para a Nação, através dos tributos que dela são oriundos. Não vou analisar o comportamento da lavoura cacaueteira nesses seus 200 anos de existência. Pretendo focalizar, procurando sintetizar ao máximo, seus problemas nos dias atuais.

Srs. Senadores, a lavoura cacaueteira, em 1959, produziu 154 mil toneladas de cacau e foi responsável pelo ingresso no País de 122 milhões de dólares. Vinte anos depois, graças à determinação do produtor, à assistência técnica e às vantagens oferecidas pelo Governo, através da CEPLAC, em 1979, a lavoura cacaueteira respondeu positivamente, produzindo 362 mil toneladas e fez ingressar no País, graças a esse recorde de produção, cerca de 1 bilhão de dólares. O Brasil que se colocava em terceiro lugar como País produtor de cacau, alcançou naquele ano, o ano de 1979, o lugar privilegiado de primeiro produtor de cacau do mundo.

Os motivos do sucesso na obtenção dessa produção recorde, quer em toneladas, quer em divisas, deve-se ao esforço do produtor em primeiro lugar, à motivação que ele recebeu do Governo Federal com subsídios para adubo e inseticidas, a relativa facilidade de crédito, juros módicos, apoio técnico e assistência da CEPLAC, o órgão responsável pelos destinos da Lavoura cacaueteira, e sem dúvida alguma pelos preços compensadores no mercado internacional.

A economia cacaueteira, Sr. Presidente, está vivendo a segunda maior crise de sua história, e vou demonstrá-lo.

Em 65, quando tive a honra de dirigir os destinos do meu Estado, ela atingiu o clímax, o recorde indesejável de ter os seus preços mais baixos do mercado internacional, chegando à situação insuportável de o produtor não ter condições, não ser remunerado, ameaçando mesmo abandonar a própria colheita.

O cacau chegou naquela época a US\$ 16,90 por libra peso, foi a sua maior crise. Naquele ano, a tonelada de cacau foi cotada em US\$ 1,166.73 na sua grande crise. Em 1977, quando o cacau atingiu seu maior preço por tonelada, veja a disparidade, Sr. Presidente, não há economia capaz de suportar, não há empresa, sobretudo empresa agrária, capaz de suportar essas oscilações tão grandes. O cacau atingiu em 1977, contrastando com o ano de 1965, US\$ 6,974.00 enquanto, em 1965, 1 tonelada não passava de US\$ 1,166.00. Em maio de 1982 nova crise vem atingir, fundamentalmente, impiedosamente, a lavoura cacaueteira que é, repito, uma das grandes fontes geradoras de divisas para o País.

Esse cacau, essa tonelada de cacau vendida, em 1977, por US\$ 6.964.00 atualmente está em US\$ 1,430.00.

O Sr. José Fragelli — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Pois não.

O Sr. José Fragelli — Saindo inteiramente da matéria que V. Ex.^a está tratando, referente a esse grande produto nacional, que é o cacau, quero referir-me apenas ao que V. Ex.^a ressaltou, com toda a propriedade, que são es-

sas violentíssimas oscilações no preço dos nossos produtos. Quero mencionar o que ocorre com a carne, agora. Há um mês, ou há um mês e pouco atrás, a arroba de carne estava custando 2.200 ou 2.300 cruzeiros. Cheguei a vender a 2.500 há poucos dias. Depois de uma semana ou 10 dias, a tonelada de carne foi a 3.500 cruzeiros. É como V. Exª diz: não há produtor; não há empresa que possa suportar oscilações tão violentas, para baixo ou para cima, com perdas gravíssimas. V. Exª ainda está fazendo referência ao preço do cacau, oscilando com uma diferença de ano ou de anos, estou citando o exemplo da carne, com oscilações de dias, no máximo um mês ou um mês e meio. Quer dizer, realmente, não temos uma política firme que possa dar ao produtor aquele estímulo necessário para que ele deixe de ser simplesmente um produtor, um homem que produza, mas que seja um produtor com produtividade, porque quem não pode fazer previsão, não pode fazer melhoria do seu produto. De sorte que o que V. Exª fala do cacau, nós podemos estender talvez a quase todos os produtos nacionais, por falta de uma coerência política e econômica.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Meu caro Senador José Frágelli, sou muito grato pelo aparte de V. Exª. A pecuária também está vivendo momentos de crise. Sabe V. Exª que os preços da carne não acompanharam nem o índice inflacionário do País, e essa alta a que V. Exª se refere decorre exatamente do seu crescimento muito abaixo, repito, do crescimento inflacionário.

A lavoura cacaueira é diferente. Evidente que sofremos as especulações, sofremos todos os tipos de impactos, porque é, sem dúvida alguma, um produto voltado exclusivamente, infelizmente é verdade, o nosso consumo interno é pequenínssimo e é uma lavoura voltada, exclusivamente, para a exportação, e por isso estamos sujeitos a terríveis especulações no mercado internacional. Tem havido uma incompreensão por parte dos países produtores. Havia um acordo internacional em que os países produtores acompanhavam, eles tinham um mecanismo de defesa, mas infelizmente até esse acordo teve encerrada a sua vigência. O Brasil e alguns países procuraram, por outros meios, criar uma espécie de mercado regulador, a fim de que os preços não atingissem a patamares tão baixos. Mas, mesmo esse mercado regulador, não teve o funcionamento desejado. Não podemos enxugar o mercado no que tange ao excesso de produção. Com a crise internacional que atingiu a quase todos os países do mundo, com outros produtos do tipo do cacau houve também uma espécie de retração por parte dos nossos tradicionais compradores. Com isso chegamos a uma situação difícil. O Governo nos convocou, ajudou-nos, ajudou à lavoura, deu-lhe assistência técnica, deu-lhe crédito, e o produtor veio ao encontro dos desejos do Governo. Criou-se o PROCACAU, que era um programa capaz de elevar como elevou e colocou o Brasil como primeiro produtor de cacau do mundo, ultrapassando tradicionais países produtores. Com esse atendimento nós aumentamos a produção em mais de 120%. Desde o período anterior, em que a CEPLAC foi instituída, foi organizada, a lavoura estava em declínio, estava em grande decadência. Daí para cá, com a assistência técnica, com a compreensão dos lavradores, compreensão que atingiu até às raízes do patriotismo, porque todos os recursos que a lavoura recebeu são recursos dados por ela, cada 100 cruzeiros, ou cada dólar produzido pelo cacau, o Governo retém 10%, antigamente era 15, passou a 12 e agora 10%, exatamente para manutenção da CEPLAC, isto é, um órgão que não recebe auxílio do Governo. Basta dizer a V. Exª que durante esses 25 anos de sua existência o que a CEPLAC recebeu não sei se ultrapassou 10% de tudo que ela aplicou em favor da lavoura cacaueira. O restante foi auto-sustentado pelo produtor que retirou dos seus recursos próprios, da sua economia, do preço que ele vendeu para que, evidentemente, ele hoje tivesse o orgulho de possuir um órgão que é o melhor do Brasil, em termos de agricultura. Não há similar no País, e acredito na América Latina nenhum país tem um organismo como a CEPLAC, com a sua organização, com um exército de técnicos, de homens treinados para fazer a extensão rural, de homens treinados para combater as doenças e as pragas.

Pois bem, o lavrador de cacau, que o Senador Nelson Carneiro bem sabe, tem sido injustificado e até, de certa maneira, malsinado ao longo do tempo, considerado um perdulário, considerado um homem que não poupou, um homem que, aproveitando os ciclos de alta de preço, este homem, ao invés de aplicar as sobras da sua economia nesses períodos de alta, esbanjou o dinheiro. Isto é uma terrível injustiça. Além da manutenção desse órgão modelar que é a CEPLAC, os produtores de cacau instalaram, criaram na região, diversificaram a sua atividade, e hoje a pecuária, na região cacaueira, é uma das mais modernas do País. Foi exatamente com o recurso do cacau, com a poupança, foi exatamente com o resultado do seu esforço que, ao invés de aplicar

em apartamentos luxuosos fora da cidade ou fora do seu local de trabalho, o lavrador o aplicou, diversificando o seu trabalho, criando uma pecuária que é hoje orgulho para a Bahia.

Mas não ficou nisso só. O lavrador diversificou a cultura, plantou o dendê, ele plantou a pimenta do reino, o cravo da Índia, ele plantou a borracha, que hoje já se constitui, também, num dos sustentáculos para a própria economia do Estado.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Concedo o aparte ao nobre Senador Nelson Carneiro, velho servidor da região cacaueira e homem a ela muito ligado por longos e profundos laços.

O Sr. Nelson Carneiro — Nobre Senador Lomanto Júnior, eu não poderia deixar de louvar a oportunidade em que V. Exª focaliza um dos aspectos mais graves da economia nacional e aquele que é o primeiro na pauta das exportações e das produções baianas. Conheci, como V. Exª disse, e vivi na região cacaueira; por ela fui eleito, com os seus votos, duas vezes para o Congresso Nacional. Ali plantei não só obras, escolas, luz elétrica, mas principalmente plantei amigos, porque amigos também se planta. Plantei amigos, que uns Deus já levou, outros, graças a Deus, ainda se conservam na terra, para servi-la. Eu não poderia deixar de congratular-me com V. Exª no momento em que faz esse apelo desesperado em favor de uma lavoura que é a maior força de produção da Bahia. Sem o cacau, o problema econômico, financeiro da Bahia será muito grave. V. Exª faz muito bem em ressaltar e, principalmente, em destacar que o homem que vive na região do cacau não é um perdulário nem um preguiçoso; é um homem que luta de sol a sol e que, ao plantar novas atividades, ele também semeou cidades que são primores na região sul-baiana, que atestam não a fartura mas a necessidade, a conveniência, o interesse de viver na sua própria região. V. Exª faz muito bem em situar esses aspectos.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Eu agradeço muito sensibilizado o oportuno aparte do Senador Nelson Carneiro, profundo conhecedor e velho servidor daquela região, onde tem, como S. Exª bem disse, raízes plantadas. Nós acompanhamos o trabalho de V. Exª, como representante da Bahia e acompanhamos o seu trabalho quando da Bahia saiu. Continuou sempre fiel. Se serve ao Rio de Janeiro com o entusiasmo que o caracteriza e se serve ao Brasil com esse patriotismo que todos nós proclamamos e reconhecemos, V. Exª não esqueceu o seu berço, a velha Bahia, a terra que lhe viu nascer. V. Exª tem sempre uma palavra, tem sempre um tempo para dedicar àquela terra que foi a inspiração primeira da sua vida, que o conduziu para o Congresso pela primeira vez e que lhe acompanha com a mesma admiração. Servindo ao Rio de Janeiro, sem esquecer a Bahia, V. Exª serve ao Brasil.

Mas, continuando, bem disse o Senador Nelson Carneiro: considerar-se um lavrador de cacau um magnata, considerar-se um lavrador de cacau um perdulário é uma injustiça. O título que a ele se deve dar é o de criador de riquezas. Ele, sim, ajudou a implantar o parque industrial da Bahia, ajudou a implantar a grande pecuária do Estado, ajudou a plantar cidades, que são hoje orgulho para a nossa terra. E ele continua, atendendo ao chamamento do Governo, ele não se nega, por exemplo, a aumentar em 120%, em transformar orgulhosamente o País, como fez em 1979, no primeiro produtor de cacau do mundo.

Chega-me aqui uma notícia, ou uma informação, que, em março, Srs. Senadores, o cacau foi vendido para entrega futura a 5 mil cruzeiros a arroba; hoje, desgraçadamente, o cacau está a 2 mil e 200 cruzeiros a arroba. Ora, uma conjuntura inflacionária em que vivemos, onde os impactos, justos aliás, sobre o salário se faz de seis em seis meses, uma política acertada do Governo para corrigir, pelo menos, o poder de pagamento, ou o poder de aquisição do trabalhador, onde o adubo que era subsidiado pelo Governo, onde o inseticida, que também era subsidiado, perderam essas vantagens, onde tudo realmente subiu de preço, o cacau, em março, era vendido a 5 mil cruzeiros e em junho, ele está ao aviltado preço de 2.200 cruzeiros.

Mas, prosseguindo, Sr. Presidente, vamos definir o que conseguimos detectar, no que tange às razões que originaram a crise de 82. Se o cacau, em 78, produziu quase um bilhão de dólares, a crise se torna insuportável agora, quando se sabe que a produção, em dólares, neste ano, será, talvez, de 400 a 500 milhões. É a grave crise. Mas todas as crises têm uma causa. Por que a economia cacaueira chegou a essa situação? Detectamos as seguintes causas

os preços atuais, em termos internacionais, são o segundo menor preço dos últimos 32 anos; a suspensão dos subsídios para insumos, fertilizantes e corretivos, que estão sendo vendidos por preços exorbitantes; o cacau de hoje, a 2.200 cruzeiros, é preço altamente gravoso; a dificuldade de crédito; a falta de correção nos financiamentos e investimentos, descapitalizando a lavoura.

O Governo deve urgentemente atender aos reclamos da lavoura cacaueira. Ela nunca negou aos chamamentos, aos apelos, aos convites do Governo. Aos planos, às previsões, às metas o lavrador de cacau sempre compareceu para atender, e até mesmo ultrapassar, as metas desejadas.

A situação, repito, está insustentável e agrava-se a cada dia. Já há dificuldade, Sr. Presidente, até do pagamento das folhas semanais aos trabalhadores.

É a declaração que li, ontem, na Imprensa da Bahia, do dinâmico Presidente do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, o Dr. Ever de Almeida, cuja atuação, à frente daquele órgão, corajosa, destemida, brava, vai fazendo-o um líder na região cacaueira porque, de sua boca sai sempre um clamor, a angústia e o apelo dramático dos que integram aquela região sofrida.

É ele quem afirma que agrava-se a dificuldade, e até há dificuldade para se pagar as folhas semanais dos trabalhadores. O Governo deve, numa atitude de reciprocidade, deve e pode atender aos reclamos da lavoura do cacau. Pois o agricultor, repito, atendeu ao Governo quando este lhe pediu que produzisse mais cacau. Em 200 anos, Sr. Presidente, a Bahia plantou 400 mil hectares de cacau e, agora, nos últimos 6 anos, plantou 233 mil hectares. Veja com que esforço, veja com que pressurosidade a lavoura atendeu aos reclamos do Governo para atingir as metas programadas: 400 mil hectares em 200 anos, e 233 mil hectares nestes últimos 6 anos.

O cacau tem a melhor organização agrícola do País, façamos justiça. A CEPLAC é, sem dúvida alguma, um admirável organismo que deve servir de modelo às demais organizações que dão assistência técnica no setor da agricultura, dispondo de um modelo de centro de pesquisa que não se limita apenas a atender à lavoura cacaueira, mas que está em condições de dar assistência a toda cultura tropical do País. Ela tem uma escola média de agricultura, que teve a honra de construir no meu Governo, que é a melhor escola de nível médio de agricultura do País, a famosa EMARC, que é um cadinho onde se forja, anualmente, um verdadeiro pugilo, uma verdadeira plêiade de técnicos de nível médio, para ajudar não só à lavoura cacaueira, mas à pecuária e às demais culturas da região. Essa escola já frutificou não só no fortalecimento desse exército de técnicos, mas ela própria já ajudou o Estado a implantar diversas outras escolas e, como eu disse, vem dando assistência à seringueira, ao cravo-da-índia, ao dendê, à pimenta-do-reino, e agora recentemente ao guaraná, que vem se constituindo numa grande esperança para a economia daquela região porque, com o mercado bastante favorável e com preços compensadores, a pecuária, como já fiz referência, é uma das mais avançadas, das mais modernas, não só da Bahia, mas do Brasil.

O Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau é constituído de noventa presidentes de sindicatos rurais de produtores de cacau e trata da política rural da região cacaueira. Uma Cooperativa Central de Exportação que, em 1979, ganhou o prêmio de maior exportador de cacau do Brasil. A lavoura financiou a implantação de uma indústria de produtos de cacau, paga uma taxa de sustentação ao Instituto de Cacau da Bahia, hoje autarquia do Estado. Mantém com seus recursos uma organização dos comerciantes e dos exportadores de cacau, a chamada CONCAUBA — que substituindo a CACEX é constituída pelos exportadores e assistida pela CACEX, que controla a venda de cacau e fixa o preço em cruzeiros. Contribui para a manutenção de um comitê de aumento de consumo de chocolate no Brasil, constituído pelos industriais de chocolate brasileiro.

Mantém, através da CEPLAC um departamento na Amazônia, Sr. Presidente, com recursos do lavrador de cacau da Bahia, retirados da minguada poupança. A CEPLAC mantém um departamento na Amazônia cuja finalidade principal é pesquisar a principal, a mais grave de todas as doenças que ataca a lavoura cacaueira, a chamada vassoura de bruxa, doença que ataca os cacauais da Bacia Amazônica. Graças a Deus, ainda não sofrem os baianos dessa doença que é uma doença refratária a qualquer tipo de combate.

O que pede a lavoura cacaueira ao Governo? Faço um apelo ao meu eminente amigo Presidente João Figueiredo, que tem sido sensível aos nossos

reclamos. Amanhã, pessoalmente, irei levar essa reivindicação, amanhã, na audiência que Sua Excelência me concederá, que me honrou em concedê-la, eu irei levar de viva voz os reclamos, as angústias e o clamor da região cacaueira.

Mas o Governo, como resposta a tudo que fez e continuará fazendo pela economia e grandeza nacional e da Bahia de modo especial, por todos os atendimentos que já fez e que fará, aos apelos do Governo a lavoura cacaueira pede antes de tudo, que o Governo continue sensível aos seus problemas e à grave crise que a sufoca no momento. E essa sensibilidade deverá ser concretizada da seguinte maneira; são os reclamos e os apelos que a lavoura faz por meu intermédio, que tenho a grande honra de representar aqui, nesta Casa, como homem da região, conhecedor e estudioso dos seus problemas: prorrogar o débito da lavoura cacaueira, enquanto perdurar o preço baixo internacional, como foi feito em 1965, quando a sensibilidade do Presidente Castello Branco — governava eu a Bahia e procurei o Presidente Castello Branco, cujo nome pronuncio sempre com respeito e com saudade, procurei-o e mostrei a dramática situação da lavoura — imediatamente, convocou o Ministro Octávio Gouvêia de Bulhões, que era o Ministro da Fazenda, convocou o Professor Roberto Campos, que era o Ministro do Planejamento, e numa reunião, com a presença do Governador da Bahia e de alguns representantes da região, o Governo foi ao máximo que desejávamos: complementou o preço.

O preço do cacau, em termos de cruzeiro — lembro-me como se fosse hoje — não remunerava nem a colheita, Sr. Presidente. O cacau vendido a 5 cruzeiros a arroba, o produtor praticamente gastava 7 cruzeiros na colheita.

O Governo complementou — salvo engano, se houver algum engano é pequeníssimo — cerca de 2 cruzeiros e 50 centavos, estimulando o lavrador a não deixar de fazer a colheita. Recordo-me que, nesse tempo, a Bahia não tinha o Centro Industrial de Aratu; a Bahia não possuía o Pólo Petroquímico, a Bahia não possuía a pecuária que possui hoje; a Bahia não possuía os recursos de que hoje possui, porque, efetivamente, é um dos Estados que mais progride na região nordestina, tem um potencial admirável de riquezas que assegura um futuro promissor, a Bahia só tinha, como base de sustentação da sua economia, o cacau; praticamente ele contribuía com cerca de 60% para o orçamento do Estado.

O Sr. José Fragelli — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Com muito prazer.

O Sr. José Fragelli — Quando V. Exª me honrou com um aparte, hoje à tarde, eu falei numa política coerente do Governo, e V. Exª agora traz um exemplo; ilustra o assunto com a medida tomada pelo Governo Castello Branco. Quando falo numa política coerente, quero dizer que o Governo devia ter uma política traçada, predeterminada para enfrentar situações como essa, que V. Exª agora expõe, sem a necessidade de apelos; quanse como que tomando medidas automáticas frente a situações desvantajosas e, às vezes, desesperadas como essa. É a isso que me refiro. E essa política deveria ser traçada em todos os setores. Quando me referi ao problema da carne, eu também quis lembrar que pode e deve ser traçada uma política coerente para o problema da carne. Nós prevemos agora uma alta. Talvez vá longe o preço da carne, por quê? Porque não havendo uma política firme de atendimento às necessidades desse setor produtivo, houve a venda de matrizes, de novilhas, enfim, houve, e daqui por diante talvez, nos próximos cinco anos, haja uma queda na produção pecuária, com a elevação dos preços, com os preços vantajosos. Quando a pecuária normalizar a sua produção e houver mesmo um aumento de produção, pelo menos quantitativo e com certeza qualitativo, também, com a produtividade, nós, por falta dessa política coerente, nós veremos novamente os preços baixarem. A mesma coisa deve estar acontecendo com o cacau, porque V. Exª nos informa que essa produção aumentou de 130%.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — É verdade!

O Sr. José Fragelli — Quer dizer, se houvesse essa política esclarecida, predeterminada poder-se-ia manter, senão grandes lucros, pelo menos manter num nível suportável toda a produção cacaueira. Mas, quero terminar o meu aparte, congratulando-me com esse fato que V. Exª cita e que para mim é uma revelação, de que os produtores de cacau diversificaram grandemente a produção das suas terras. Antigamente o de que se acusava o Brasil era de ser um país monocultor, monocultor de café em São Paulo, monocultor de

algodão no Norte, e assim por diante. E hoje nós estamos vendo que os produtores rurais, muito bem orientados, em quase todos os recantos do País, cada qual com a produção típica do seu Estado, todos eles estão procurando diversificar a sua produção. E acho que se o produtor de cacau, na Bahia, está suportando esses momentos de reveses, desses preços baixíssimos do cacau, talvez seja devido, justamente, porque produzindo diversificadamente, com esses outros produtos, ele está impedindo, possivelmente, a sua falência ou a sua insolvência. Quero, portanto, registrar esse espírito progressista dos cacaueiros da sua terra.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Agradeço muito o aparte do Senador José Fragelli. E entendi, compreendi perfeitamente o alcance do seu aparte. E vou concluir o meu discurso, dentro em pouco, exatamente mostrando que há uma necessidade imperativa de se criar uma política definitiva...

O Sr. José Fragelli — Perfeito!

O SR. LOMANTO JÚNIOR — ...a respeito, não só do cacau, pois sem dúvida alguma, é ele um dos maiores produtos de divisas do País, é um dos maiores contribuintes para a balança de pagamentos do País. Então é verdade, Senador José Fragelli, essa diversificação das terras de cacau, que são terras especialíssimas. O cacau é uma lavoura muito exigente e ocupa uma faixa relativamente pequena no território baiano, que oferece aquelas condições para o plantio desse produto tão exigente quanto à terra, quanto ao solo, quanto ao clima, enfim, há necessidade dos tratamentos culturais. O cacau, por exemplo, não suporta que não lhe sejam dados os tratamentos culturais indispensáveis; ele exige adubação, ele exige os inseticidas; ele também tem doenças, tem pragas. Então, o cacaueiro é uma planta exigentíssima.

E como a extensão territorial de solo em condições de receber a cultura da lavoura cacaueira é uma extensão relativamente pequena, a diversificação não correspondeu; é evidente que a pecuária tem dado sua contribuição, mas a pecuária também está em crise. Então, as demais lavouras não são suficientes para cobrir aquele projeto principal, aquela lavoura que é o sustentáculo; ele passou a diversificar, mas ao mesmo tempo atendia ao chamamento do Governo para plantar mais cacau a fim de que o Brasil alcançasse o primeiro lugar, como efetivamente, há três anos atrás, alcançou. Agora, ele poderia ter diversificado, naquela época, com maior intensidade. Ele poderia ter plantado uma parcela maior. Mas era o cacau, sem dúvida alguma, ainda era a melhor lavoura, a mais rentável, a mais produtiva.

O Sr. José Fragelli — A lavoura do cacau foi seduzida pelo namoro do Governo, que agora o está abandonando.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Não creio; Ex*, porque tenho confiança, absoluta confiança de que o meu Governo, que nunca faltou como Castello Branco em 1965, não faltou aos reclamos da lavoura cacaueira, João Figueiredo não faltarão em 1982.

O Sr. José Fragelli — Deus ouça V. Ex*!

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Como também apelo para a sensibilidade do Governador da Bahia, que tenha o mesmo comportamento que eu tive em 1965, quando o Governo ofereceu a complementação. Era um orçamento mínimo, um Estado paupérrimo, não é a Bahia de hoje, que tem um potencial formidável, e já tem um orçamento que pode figurar entre os grandes orçamentos das Unidades federativas brasileiras. Pois bem, naquela época de pobreza, quando eu recebi o Estado com um atraso de quase meio ano de pagamento do funcionalismo, em 1965 eu ofereci, como contrapartida ao Governo, que dava uma complementação de preço, o Governador da Bahia de então, que é por coincidência o orador que nesta tarde vem apelar ao Governo para esta nova crise, isentou do Imposto de vendas e Consignações, que é o ICM de hoje, que era o imposto sustentáculo, que era o imposto básico do orçamento do Estado, insentou por um prazo que só se encerraria quando a crise fosse superada.

Felizmente não demorou muito; meses depois o mercado internacional reagiu, o cacau voltou a ter um preço compensador; nem o Governo Federal continuou suplementando o preço e o Governo do Estado suspendeu. Pois é preciso que o governo estadual, também agora, ajude o Governo Federal; procure isentar do ICM, se for necessário, para que possamos sair desta crise aguda que faz sofrer os produtores de riqueza da Bahia.

Mas vou continuar, Sr. Presidente. Sei que ainda há um orador inscrito e não quero prejudicar S. Ex*

Mas, como ia dizendo, entre essas providências, uma seria a de prorrogar o débito por 5 anos. A complementação dos preços internos do cacau, enquanto perdurar o preço baixo internacional, como foi feito — repito — em 1965. O auxílio do Governo do Estado, isentando de tributos — repito — pelo período em que perdurar a crise, do Imposto de Circulação de Mercadorias. A liberação da quantia de 4 bilhões pelo Banco do Brasil, para atender aos produtores de cacau ainda não assistidos pelo financiamento do custeio agrícola e a prorrogação do prazo, que se expira hoje, dia 30.

Nós pedimos que o Governo prorrogue, pelo menos por mais 15 dias, para que esses produtores recebam o financiamento para esse setor tão importante que é o custeio.

A correção dos preços de financiamentos para investimento; criação pelo Governo, nobre Senador José Fragelli, de uma equipe técnica para realizar um profundo estudo econômico-financeiro da região cacaueira, para detectar as origens das constantes crises com a baixa, e buscar os meios para evitá-las.

Sr. Presidente, vou encerrar o meu pronunciamento desta tarde. Quero agradecer aos companheiros que me apartearam. Amanhã estarei, de viva voz, transmitindo ao Presidente da República, este clamor, este pedido angustiado dos produtores de cacau. Tenho a certeza de que a resposta virá, e virá com a pressurosa que se impõe, porque uma gente trabalhadora, uma gente que vive voltada para o desenvolvimento do seu País, uma gente que vive trabalhando a terra, fazendo com que ela produza os tão famosos frutos de ouro, o cacau, grande contribuinte para o enriquecimento do País. O cacau que pagou, no passado, que contribuiu decisivamente para implantar a própria indústria no Centro-Sul do País, o cacau que produzia dólares e essa própria indústria importava por um dólar privilegiado — naquele tempo nós não recebíamos de volta nada, porque não tínhamos capacidade, não tínhamos condições, não tínhamos infra-estrutura capaz de absorver e de fazer a implantação de um parque industrial. O Centro-Sul foi o grande beneficiário de toda essa exportação do Nordeste.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, dando como concluído o meu discurso nesta tarde, que é o último dia deste primeiro semestre de trabalho, quero fazer votos a V. Ex*, que V. Ex*, com essa tolerância, com esse espírito sempre alegre, mandando e oferecendo epigramas que a todos nos conforta e estimula, possamos, daqui a 30 dias, todos — V. Ex* e nós —, voltarmos a esta Casa com o mesmo espírito público e com o mesmo pensamento dirigido para o futuro do Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando o pobre consegue fazer alguma modesta economia, seu dinheiro vai para a poupança. Por isso, entre os titulares de cadernetas a maior proporção é da classe média e dos proletários que recebem entre dois e três salários mínimos. Os ricos sabem investir no *open-market*, ações e debêntures ou apartamentos de um e dois quartos nas capitais, capazes de vencer a inflação.

Para verificar-se o prejuízo dos menos privilegiados, em suas cadernetas de poupança, basta assinalar que a inflação foi de 44,33% no semestre, enquanto os juros da poupança chegaram a 39,33%.

Então, quem colocou na poupança perdeu quase cinco por cento no semestre e o seu dinheiro vale menos, justamente porque o Governo não permitiu que se compensassem esses depósitos, inteiramente, da desvalorização da moeda.

Promete-se para o segundo semestre uma reação, quando o Governo jogaria a correção monetária mais para cima, a fim de equipará-la à inflação e garantir a rentabilidade dos quase quarenta milhões de contas em caderneta de poupança espalhadas pelo País, sob pena de colocar em risco o sistema, que até o final do ano pretende atingir um saldo de cinco trilhões.

Por enquanto, as cadernetas não passam de uma bomba de sucção da economia popular. Se não há nem cinco milhões de ricos no Brasil, os trinta milhões restantes, que depositam em poupança, contam-se entre os remediados e os pobres, que podem economizar, mensalmente, de mil a cinco mil cruzeiros mensais, contribuindo com cerca de oitenta por cento do volume das cadernetas.

Temerosas de uma retração popular, com o povo obrigado a aprender a negociar em ações e debêntures, o Governo já estipulou o índice de correção

de agosto em seis por cento, tentando fazer com que, no terceiro trimestre, haja uma rentabilidade de quase vinte e um por cento das cadernetas, contando os juros.

Verificou-se, no Rio de Janeiro, que os apartamentos de dois quartos e três quartos tiveram uma valorização de 31% contra uma inflação de 36,2% no período. Mas os apartamentos de dois quartos, na parte considerada "nobre" da Zona Sul — Leme, Recreio dos Bandeirantes, Gávea e Jardim Botânico — valorizaram em mais de 65 por cento até maio. Em contrapartida, os aluguéis subiram quase tanto quanto a correção, nessa zona carioca. E isso não é uma boa notícia para os da classe média que pagam aluguéis.

Donde se verifica que a inflação continua a crescer e produzir seus malefícios, sem que o Governo descubra como contê-la.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A volumosa correspondência que venho recebendo a propósito da Campanha contra o vício de fumar constitui, inegavelmente, um estímulo no sentido de prosseguir com redobrada energia até a consecução dos objetivos colimados, consubstanciados na erradicação da epidemia tabágica.

Desejaria, nos limites deste sumário pronunciamento, registrar a carta que me foi enviada, datada de 15 de junho passado, do Departamento de Temperança da Associação Paulista da Igreja Adventista do 7º Dia — entidade que se coloca na vanguarda da luta contra o vício de fumar e mantém na grande São Paulo sessenta Centros de Orientação para tratamento gratuito do tabagismo atendendo uma idéia de trinta mil pessoas por ano.

Ao solicitar a incorporação desse documento ao texto desta breve comunicação, levo ao conhecimento dos Senhores Senadores que são as instituições e grupos religiosos como os Adventistas do Sétimo Dia que estão desenvolvendo, com exemplar eficiência e comprovado entusiasmo, em quase todas as unidades da Federação onde estão disseminados e organizados, as mais lúcidas e sérias atividades de combate ao vício de fumar.

São particularmente notáveis os esforços desses abnegados religiosos com relação à conscientização dos jovens e das crianças, através de publicação, filmes médicos, projeções cinematográficas especializadas e cursos diversos, independentemente do tratamento gratuito das vítimas do tabagismo.

Depois de receber, em meu gabinete uma delegação de representantes da Associação Paulista da Igreja Adventista do 7º Dia, que me solicitou o encaminhamento à EMBRAFILME de uma proposta visando equipar unidades de voluntários com projetores e filmes médicos de conscientização e impacto, dirigi-me ao Doutor Roberto Parreiras, digno Presidente da EMBRAFILME pedindo o seu apoio para a iniciativa daqueles religiosos.

Aproveitando o ensejo, renovo, desta Tribuna, um veemente apelo ao Presidente Roberto Parreiras, no sentido de que acolha com boa vontade aquela proposta e se digne de examinar a possibilidade da EMBRAFILME atender ao pedido, colaborando na execução de um plano cujos resultados contribuirão para erradicar o flagelo do tabagismo e melhorar as condições de saúde do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer (*Muito bem! Palmas.*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

DEPARTAMENTO DE TEMPERANÇA DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA.

São Paulo, 15 de junho de 1982.

Exmº Sr.
Senador Lourival Baptista
Brasília-DF

Eminente Sr. Senador:

A Associação Brasileira de Temperança vem expressar solidariedade para com a Mobilização Nacional contra o Tabagismo conduzida pelo eminente Senador.

Tomamos contato com as publicações de discursos apresentados na Tribuna do Senado, e no Centro de Convenções do Parque Anhembi em novembro de 1981.

Esta Associação coordena as atividades de sessenta Centros de Orientação para tratamento gratuito do tabagismo na grande São Paulo, atenden-

do uma média de 30.000 pessoas por ano. Milhares tem abandonado o vício de fumar e outros tantos, alertados, não iniciam, poupando assim suas vidas.

Estamos iniciando um programa de prevenção e alerta à juventude. Temos condições de participar desta grande Mobilização Nacional Contra o Tabagismo promovida por V. Exª, colocando nossas equipes de voluntários em ação para efetivar os apelos da Mobilização.

O plano é equipar as unidades com projetores e filmes médicos de conscientização e impacto.

As equipes visitarão escolas de 1º grau, fazendo palestras, projetando filmes e distribuindo literatura. Há possibilidades de se alcançar cerca de 600.000 crianças e jovens por ano.

Esta ação abrangente está na dependência da produção de filmes que adaptados a linguagem própria do jovem, possa ajudá-lo a deixar ou não iniciar o vício do tabagismo.

O projeto de produção dos filmes envolve despesas de aproximadamente Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para a execução de cinco (5) filmes médicos, de 12 a 15 minutos cada.

Visando obter os recursos acima previstos já encaminhamos expediente à EMBRAFILME, protocolado sob o nº SP-338, datado de 5-4-82 e que se encontra, atualmente, em mãos do Sr. Carlos Augusto Calil, Diretor de DONAC, no Rio de Janeiro.

Gostaríamos de poder contar com o apoio de V. Exª junto ao Presidente da EMBRAFILME, no sentido de liberar a importância solicitada pelo processo acima referido.

Sem outro particular, externamos desde já, nossos profundos agradecimentos pela inestimável ajuda de V. Exª

Atenciosamente, — *Sidionil Biazzi*, Coordenador-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dois acontecimentos cívico-político-administrativos aconteceram, no último final de semana, na cidade de Teresina.

O primeiro deve-se à convenção realizada pelo Diretório Regional do Partido Democrático Social — PDS, que escolheu e indicou candidatos, com vistas às eleições gerais de 15 de novembro próximo vindouro, a Governador, Vice-Governador, Senador, Deputados Federais e Deputados Estaduais.

Foi, realmente, um espetáculo cívico-político jamais visto no Piauí. Os amplos salões do Centro de Convenções não comportaram os Convencionais, as Delegações partidárias originadas de todos os municípios piauienses e a grande massa popular que ocorreu ao ato convencional. E maior foi o entusiasmo partidário, que transformou o conclave em autêntica e vibrante festividade cívica.

Escolhidos o Deputado Federal e o Deputado Estadual Hugo Napoleão do Rêgo Neto e José Raimundo Bona Medeiros, respectivamente, como candidatos a Governador e Vice-Governador, foram indicados, também por consenso partidário, apurado na eleição que se realizou, os candidatos a Senador, Deputados Federais e Deputados Estaduais, já que candidato nato à convenção, na forma da lei vigente, o atual Senador Bernardino Viana.

Vários e calorosos foram os discursos, ao ensejo, proferidos. Dois, entretanto, merecem especial destaque. Coube ao Senador Jarbas Passarinho, Presidente da Casa e do Congresso Nacional, e que participou da solenidade como convidado especial, empolgar a assistência com o seu verbo admirável, repassado de sabedoria e experiência políticas. Foram instantes de grande deleite intelectual, de fraternal convivência e de intensa vibração partidária.

O segundo discurso, também o de encerramento da convenção, foi pronunciado pelo Deputado Hugo Napoleão. Apesar de visível e justamente emocionado, o candidato a Governador do PDS pronunciou memorável oração, em que destacou as principais linhas mestras de sua futura administração, para a realização da qual pediu a participação ativa e insubstituível da classe política piauiense.

O outro e marcante acontecimento a que, inicialmente, fiz menção, ocorreu na manhã do domingo, vinte e sete do corrente, no Conjunto Habitacional bela Vista, e que consistiu na inauguração de modelar estabelecimento de ensino, com vinte salas de aulas, batizado com o nome do inolvidável piauiense João Emílio Falcão Costa.

Presentes o Governador do Estado, o Presidente do Congresso Nacional, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Secretários de Estado,

Prefeito de Teresina — Jesus Tajra, Vereadores, membros do Tribunal de Contas do Estado, grande número de jornalistas, com destaque para Flamarion Mossi, Paulo José Cunha, Haroldo Holanda e Marconi Formiga, de Brasília, especialmente convidados pelo Jornalista João Emílio Falcão Costa Filho, crescido número de professores e alunos e grande massa popular, diversos oradores falaram em homenagem ao inesquecível médico e professor, Deputado Estadual, fundador de partidos no Piauí e Deputado Federal pela extinta União Democrática Nacional — João Emílio Falcão Costa.

Conheci-o em Teresina, quando, já alquebrado nas forças físicas, fundou o antigo Partido Trabalhista Brasileiro. Suportou contrariedades imensas no campo político-partidário, que a história do Estado por certo recolheu e que lhe devem ter agravados os sofrimentos morais.

Morreu pobre. Foi um justo, um lutador. Com o nome João Emílio Falcão Costa dado a um moderno educandário prestou-lhe o Governo do Estado significativo preito de reconhecimento e de justa homenagem. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não se admite em política, comportamento estático, acomodado, conformado com as situações de conjuntura.

Política é dinâmica, é processo dialético a destruir e construir verdades a cada instante.

Político por vocação e militância, procuro exercitar-me nos meandros dessa arte maior, construtora do destino dos povos.

Na era da democracia, não se admite política sem militância partidária.

Partido político e povo são termos necessários da equação democrática do poder.

A democracia brasileira está longe de ser um projeto acabado. É, hoje, apenas um esforço, uma vontade de vir a ser.

Frágil raiz que lança tímidas as primeiras folhas ao aflorar do chão, necessita de alimentos puros do idealismo, do desprendimento, do espírito público, da integridade pessoal, do destemor, da independência, das consciências limpas, da dignidade e da honorabilidade de todos que se envolvem na atividade política, pois democracia é o compromisso que nossa geração tem com o futuro da nação.

A vaidade pueril dos que se julgam poderosos; a ânsia de poder, pelo poder, das almas mal formadas e gananciosas; as mesquinhas vocações oligárquicas; os espíritos tibios, servis, que confundem lealdade com subserviência, os incapazes de posições definidas, são venenos letais à pequenina planta sonho e fim de nossas aspirações cívicas.

Veneno que a tem impedido de vicejar e frutificar em nosso país, desde o Império.

Esse veneno se assenta e corrói, já na estrutura partidária.

Donos de partido, que outra coisa não almejam senão instalar fábricas de legendas, para as vender ou doar a dóceis apaniguados, são os vermes maiores dessa praga que dilacera o ventre do esforço democrático brasileiro.

Veneno sistêmico que vicia a seiva da própria planta, que a propósito de salvá-la, a torna letal, a nojenta politicalha dos caciques que manipulam a coisa pública ao bel-prazer de seus apetites, chega a intoxicar o próprio povo, que se torna indiferente, não participante e até descrentes das instituições políticas do país.

A imprensa tem noticiado meu envolvimento com a formação de um partido liberal, junto com ilustres companheiros desta Casa e de outros segmentos da classe política brasileira.

É verdade!

Tenho feito como busca de alternativas partidárias para o quadro brasileiro.

Os ilustres colegas desta Casa, hão de convir, que nosso pluripartidarismo é ainda artificial, acomodativo, condicionado a alinhamentos automáticos, inclusive pela Legislação Autoritária que não contempla compromissos de consciência e reduz a infrutífero quixotismo qualquer coragem em resistir.

Discutir, nesse quadro, alternativas mais autênticas de organização partidária — acima do maniqueísmo vigente, onde se é compulsiva e

compulsoriamente a favor ou contra a símbolos do poder ou do anti poder, sem qualquer consideração maior ao mérito desta ou daquela medida, julgo ser imperativa obrigação de todos os que militam na política brasileira.

Nesse contexto é que estou refletindo e trabalhando para encontrar novos caminhos, não de conveniência pessoal, mas de maior eficácia para a atividade política.

Esse trabalho, porém, não me exclui do PDS.

Continuo intergrando esse partido, na plenitude de meus direitos e deveres partidários, e todas as suas questões me dizem respeito diretamente.

Enquanto estiver no PDS estarei contribuindo com esforço e lealdade para a sustentação do Governo Figueiredo. Estarei lutando para que o partido seja forte política e eleitoralmente.

Não quero que o PDS perca eleições. Lutarei, onde for possível, para que ele as ganhe.

Não posso, porém, alinhar-me com o candidato a Governador de meu Estado, por razões sobejamente conhecidas desta Casa.

Se for possível derrotar candidato dos Maias no Rio Grande do Norte, sem derrotar o PDS, lutarei para isso.

Se não for possível não me cabe a culpa. Não fui consultado, mesmo sendo Senador da República, eleito pelo voto popular, sobre a candidatura do meu partido para Governador do meu Estado.

Nem sobre as regras do jogo eleitoral que irá presidir o pleito.

Enguli uma e outra, sem poder de escolha em qualquer instância.

Não posso ser responsabilizado por fatos, para a gestação dos quais não fui sequer chamado a contribuir.

Afora disso, decorrência das próprias distorções do quadro político brasileiro, sou do PDS, luto pelo sucesso do PDS. Não do PDS dos donos de partido. Mas do PDS programático — Democrático Social — para valer.

Há donos de Partido enterrando o PDS.

Enterrando-o sob escombros de uma politicalha mesquinha, pela forma mais eficiente que alguém possa usar para destruir um partido político: a eliminação de seus quadros mais autênticos, mais independentes e, portanto, os que melhor poderiam contribuir para seu fortalecimento e autenticidade.

Senão vejamos:

No Paraná, um prestigiado ex-Governador eleitoralmente forte, militante do PDS, foi a tantas espezinhado e marginalizado que optou por outra legenda.

Em Santa Catarina, outro ex-Governador do PDS foi aliado da militância política.

Em Minas Gerais, nosso colega Murilo Badaró foi condenado ao purgatório pelos acertos feitos à sombra, sobre a sucessão estadual.

E já que falei num colega, tenho de lembrar, do próprio Presidente de meu partido — o eminente Senador José Sarney — que não teve em seu estado tratamento condigno com os serviços que presta à causa do PDS e do Governo. Ainda naquele Estado, cito também, o Senador Alexandre Costa, que amarga a dura realidade do isolamento partidário.

Tenho que mencionar o Senador José Lins que não é bem o retrato da felicidade, quando se refere ao PDS cearense. Nem o é, o Deputado Flávio Marcílio, ilustre parlamentar de muitas legislaturas e de destacadíssima ação na vida política brasileira.

No Rio Grande do Norte todo mundo conhece o malsinado império dos reis Maias. Tarcísio, suplente de Deputado Federal chegou a Governador por nomeação e passou o Governo ao primo Lavoisier com a condição que o devolvesse ao filho José Agripino.

Abyssus Abyssum Invocat.

E na Bahia?

O Governador local, incendiado de ira satânica, move a mais eficiente cruzada de que se tem notícia no País contra a sobrevivência do PDS.

Está por merecer o título de inimigo número 1 do partido, pois ainda que este logre vencer as eleições de novembro, naquele estado, estará tão apequenado, tão desimportante, tão inexpressivo, que não fará justiça ao povo baiano, detentor dos mais brilhantes valores políticos da nacionalidade.

Primeiro foi Prisco Viana, depois Luiz Viana Filho, o ex-Prefeito Mário Kertez concomitantemente Lomanto Júnior, um a um, atacados implacavelmente no afã de alijá-los do partido e da vida política.

Agora cai na mira de suas odiosas baterias, nada menos que o líder do Governo nesta casa, o eminente Senador Nilo Coelho. É o fim do destempero.

Consta que esse Governador aspira à Presidência da República, na sucessão do General Figueiredo. O PDS que se cuide!

Com amigos assim, para que inimigos?

É preciso restaurar o bom senso em nosso partido. Ele jamais será digno desse nome, sem homens capazes de assumir posições, sem homens participantes e independentes, homens além e acima do "pois sim" e do "pois não", homens que não sejam vocacionados ao pró-Governo ou ao anti-Governo, mas que se guiem pelas próprias luzes, que cultivem o exercício do livre arbítrio e que não acangalhem a própria consciência aos ditames de chefes e de senhores.

Apelo à bancada do PDS nesta Casa, por um gesto de solidariedade ao Senador Nilo Coelho, homem de posições desassombradas, que honra nosso partido e o Governo.

Apelo-o, não pelo Senador Nilo Coelho que, mercê do valor pessoal e da representatividade própria de sua vida política, dispensa solidariedades para permanecer inatingível às assocadas pequenas dos anões da política brasileira.

Apelo-o por nós, Senadores do PDS, e da oposição que não podemos cauterizar mais a própria consciência e fingir não vermos a deterioração dos costumes cívicos, a níveis nunca antes experimentados pela República.

Obrigado. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente.

O SR. RAIMUNDO PARENTE (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC, acaba de abrir crédito ilimitado para o financiamento de compra ou construção de embarcações destinadas à pesca. Essa medida, saudada com entusiasmo pelo setor, demonstra a preocupação do Governo Federal em incentivar a produção, mediante o provimento das condições demandadas pelos pescadores.

Há muito o setor pesqueiro nacional ressentia-se desse estímulo. Ressalvado o caso das grandes empresas, e de armadores apoiados por capitais estrangeiros, a quase totalidade dos que se dedicam à exploração da pesca não contavam com a possibilidade de renovação da frota, não passando de sonho distante a legítima pretensão de qualquer humilde pescador em adquirir seu próprio barco.

A ausência desse incentivo constituía, portanto, fator de estrangulamento da produção, num momento em que o pescado impõe-se como alternativa protéica mais recomendável em substituição à carne bovina. As populações mais carentes, privadas desse alimento tão caro, não podiam contar também com o peixe, tendo em vista que as quantidades produzidas não permitiam sua venda a baixos preços.

A decisão governamental surge, como se vê, numa oportunidade em que se definem prioridades para o aumento da produção de gêneros, como forma de pressionar a queda dos valores de venda ao consumidor, e de enriquecer os teores vitamínicos, minerais e protéicos da alimentação.

Justifica-se, assim, a ênfase que o Governo Federal dá a essa atividade econômica, aproveitando-se, além do mais, da abundância do peixe nas costas e rios brasileiros, o que o torna a fonte de alimento animal mais acessível e apropriada para o grupo populacional que ainda consome dieta pobre em proteínas.

Infelizmente, todo esse esforço parece que se tornará inútil, conforme faz crer a denúncia formulada perante a Assembléia Legislativa amazonense, pelo dinâmico Deputado Jamil Seffair, líder da bancada do PDS. Segundo se informa, os financiamentos do BNCC não poderão ser viabilizados, face à existência de Portaria da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE, proibindo o aumento da frota pesqueira do Amazonas.

Parece evidente que o ato criticado teve, ao seu tempo, razões que recomendaram sua edição. À época da entrada em vigor dessa Portaria, era necessário evitar que por excesso da atividade pesqueira ocorresse a depredação dos recursos piscosos do Estado. Naquela oportunidade, a posição assumida pela SUDEPE correspondeu plenamente à obrigação de deter a pesca criminosa.

Manter a proibição, nos dias correntes, não mais se justifica. A frota pesqueira amazonense decresceu nos últimos anos, em consequência da desativação dos barcos inutilizados pelo uso, ou por seu emprego em atividade diversa, como o transporte. Assim, a redução do número de embarcações e o efetivo crescimento da demanda de pescado, justificam a revogação da citada Portaria e a implementação dos financiamentos projetados pelo BNCC.

Com esses argumentos, deixo consignado nos Anais da Casa o meu apelo ao Sr. Pedro Falabella, Superintendente da SUDEPE, para que revogue, de pronto, a indigitada Portaria, por se tratar de providência sem a qual restará sem nenhuma objetividade, para o meu Estado, a aplaudida abertura das linhas de crédito do BNCC.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Srs. Senadores, na verdade chegamos, nesta tarde, ao final do primeiro período da Sessão Legislativa. Todos iremos aos nossos Estados para o recesso, e os votos da Presidência da Mesa são para que, em agosto, todos voltemos retemperados para reiniciarmos a luta em benefício dos nossos Estados e do Brasil. Sejam felizes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência designa para a sessão do próximo dia 2 de agosto, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 183, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.098, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 29.364.200,00 (vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.099, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 123/82, do Senador Dirceu Cardoso, de audiência da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 258, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.424, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Boca do Acre (AM) a elevar em Cr\$ 8.613.200,00 (oito milhões, seiscentos e treze mil e duzentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.425 e 1.426, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

— de *Municípios*, favorável.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 266, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.452, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Catanduva (SP) a elevar em Cr\$ 39.300.000,00 (trinta e nove milhões e trezentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.453 e 1.454, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 25, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 145, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alexânia (GO) a elevar em Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 146 e 147, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso; e

— de *Municípios*, favorável.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 33, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 189, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Itapira (SP) a elevar em Cr\$ 29.745.360,00 (vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 190 e 191, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 38, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 279, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de *Municípios*, favorável.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 108, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 713, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 10.027.899.259,79 (dez bilhões, vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e setenta e nove centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 714, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 240, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.342, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Coxim (MS) a elevar em Cr\$ 12.356.000,00 (doze milhões, trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.343 e 1.344, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e
— de *Municípios*, favorável.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 30, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 178, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína (GO) a elevar em Cr\$ 159.638.841,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 179 e 180, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso; e
— de *Municípios*, favorável.

10

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 80, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 423, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Tocantinópolis (GO) a elevar em Cr\$ 43.371.328,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e um mil, trezentos e vinte e oito cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 424 e 425, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de *Municípios*, favorável.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 218, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.270, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 988.603.570,49 (novecentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e setenta e quatro cruzeiros e nove centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.271, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 221, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.276, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$

25.239.000,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e trinta e nove mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.277, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

13

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 14, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 39, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Jaciara (MT) a elevar em Cr\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 40 e 41, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de *Municípios*, favorável.

14

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 52, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 334, de 1982), que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 29.079.200.000,00 (vinte e nove bilhões, setenta e nove milhões e duzentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER sob nº 335, de 1982, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

15

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
— de *Legislação Social*, favorável;
— de *Saúde*, favorável; e
— de *Finanças*, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

16

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
— de *Legislação Social*, favorável; e
— de *Finanças*, favorável.

17

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
— de *Educação e Cultura*, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

18

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável.

19

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
— de *Legislação Social*, favorável; e
— de *Finanças*, favorável.

20

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

21

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 318, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 319 e 320, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 309/81, de autoria do Senador Dirceu Cardoso, de reexame da Comissão de Constituição e Justiça.)

22

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e
- de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 5 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HENRIQUE SANTILLO NA SESSÃO DE 9/6/82 E QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Apresentei ao Senado, à consideração dos Srs. Senadores, hoje, um requerimento convocando para o plenário desta Casa, S. Exª o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos.

Este requerimento se justificou, Sr. Presidente, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO APRESENTADO PELO SENADOR HENRIQUE SANTILLO NA SESSÃO DO SENADO DO DIA 9 DE JUNHO DE 1982:

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Nos termos do Artigo 418, inciso I, do Regimento Interno, aliado ao Artigo 38, caput, da Constituição Federal, requeiro a convocação do Exmº Sr. Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, para, no Plenário do Senado Federal, prestar informações acerca de questões atinentes à segurança e à manutenção de vôos de aeronáutica civil e militar em território nacional, e em relação à extensão do CINDACTA a todas as regiões do País, assim como informações a respeito das reais condições de defesa do espaço aéreo brasileiro.

Justificação

O Código Brasileiro do Ar estabelece competência ao Departamento de Aeronáutica Civil (DAC), órgãos do Ministério da Aeronáutica, para a fiscalização da segurança e da manutenção de vôo em território nacional.

Em vista dos repetidos acidentes aéreos — os dois últimos de graves proporções, com duas semanas de intervalo apenas, com aeronaves da Viação Aérea de São Paulo S.A., creio importante ao Senado Federal a oportunidade

de discutir-se com o Ministro da Aeronáutica uma série de questões relativas à aeronáutica civil, entre as quais o seríssimo problema da segurança de vôo. Inclusive, não poucas vezes, o Sindicato Nacional dos Aeronautas têm denunciado estafa das tripulações de aeronaves civis, por excessiva carga horária de suas jornadas de trabalho, bem como o não-cumprimento dos acordos salariais pelas empresas aéreas, contrariando a legislação brasileira e Convenções e Tratados Internacionais de que o Brasil é signatário.

Outrossim, encontra-se, no momento atual, a conveniência de o Poder Legislativo participar mais ativamente das discussões em torno da defesa de nosso espaço aéreo e das condições técnicas e materiais indispensáveis à Força Aérea Brasileira para o desempenho de sua difícil e importantíssima missão de continuar colaborando na manutenção da verdadeira segurança nacional. O episódio da interceptação da aeronave militar inglesa Vulcan e da aeronave cubana, realizadas com invejável eficiência, atesta, de forma inequívoca, a importância de estar o País preparado para a defesa de sua soberania.

Sala das Sessões, de junho de 1982. — *Henrique Santillo.*

Sr. Presidente, espero e conto mesmo, nos próximos dias, com a presença de S. Exª o Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, um dos militares mais liberais deste País, e estou certo que muita coisa importante tem a discutir com o Senado Federal.

Mas a minha presença a esta tribuna prende-se, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a uma questão tão importante quanto esta, tão importante quanto o processo de defesa militar deste País, porque se trata da defesa social, portanto, muito intimamente relacionado com a segurança nacional, aí sim. Trata-se, Sr. Presidente, do "Pacote da Previdência", deste detestável Decreto-lei nº 1.910, que ainda continua tramitando no Congresso Nacional, contra o qual, no dia 2 próximo passado reuniram-se, em ato público, vários milhares de trabalhadores brasileiros, todos eles altamente representativos, todos eles representando centenas de sindicatos, de federações sindicais, de confederações de trabalhadores, de sindicatos de trabalhadores rurais, de associações profissionais, de associações de aposentados e pensionistas, representando milhões de trabalhadores brasileiros; trabalhadores brasileiros estes que, desde o dia 1º de janeiro, estão, através do Decreto-lei nº 1.910, estão, volto a dizer, sendo descontados em seus parcos, em seus miseráveis salários mais alguns percentuais, para engordar as burras da mal gerida Previdência Social deste País.

Mais grave do que isto, Sr. Presidente, mais grave ainda tem sido o comportamento do Congresso Nacional em relação ao pacote previdenciário, em relação a este Decreto-lei nº 1.910. Há poucos dias, por duas vezes consecutivas, a Comissão Mista encarregada de oferecer parecer, de oferecer relatório a este Decreto-lei, tentou reunir-se com a maioria dos seus membros, portanto com quorum para deliberação, e não conseguiu. Não conseguiu, Sr. Presidente, porque nenhum dos membros do partido de V. Exª, nenhum dos membros do PDS compareceu a nenhuma das reuniões convocadas. Esta grave omissão do Partido, que detém a maioria nesta e na outra Casa do Congresso Nacional, precisa ser julgada pelos trabalhadores brasileiros. Os trabalhadores brasileiros estão dispostos a esse julgamento. Aliás, tenho aqui uma carta enviada pelo Presidente da CONTAG, em nome de todas as entidades que estiveram aqui representadas no ato público a que já me referi, que afirma justamente isso, em nome, Sr. Presidente, de nada menos que 388 entidades entre sindicatos, associações profissionais, federações de trabalhadores, confederações sindicais e associações de aposentados e pensionistas. Relação que peço a V. Exª me permita incluir no final deste meu breve discurso.

Mas estava dizendo, Sr. Presidente, que nós precisamos discutir com seriedade a omissão já habitual do PDS em questões como essa. Por que estaria o PDS negando-se a discutir o pacote previdenciário com a Oposição, com os empresários e com os trabalhadores brasileiros? Será o "pacote" previdenciário indefensável? Será o Decreto-lei nº 1.910 um instrumento sem condições de defesa?

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se crise financeira existe na Previdência Social deste País — e ela existe — o responsável é um só: este Governo que aí se encontra; Governo este que durante 18 anos andou trocando de Presidente, mas que se manteve bastante uno para ser o mesmo, representando os mesmos interesses. Se a crise existe na Previdência Social — e ela existe — o responsável é este Governo, unicamente, porque são três as grandes causas da crise previdenciária: primeira, a irresponsabilidade administrativa; a má gestão dos recursos que compõem o maior Fundo Social do terceiro mundo que é o Fundo de Assistência e Previdência Social. Haja vista que o País está estarrecido, perplexo e está tomando conhecimento, nestes últimos dias, através da imprensa, de que milhares de credenciamentos irresponsáveis

mente realizados no afogadilho dos últimos minutos e até mesmo pessoas que não são médicos foram credenciadas como médicos. Veja a que ponto chegamos de irresponsabilidade total na administração dos recursos do povo, administrado de forma autoritária e irresponsável! Essa é a primeira causa. Mas, existem duas outras também grandes pelas quais esse Governo é responsável: a primeira delas é a política de recessão econômica que aumentou o desemprego que baixou o nível salarial, sobretudo da classe média que contribui com a Previdência Social e, portanto, reduzindo o valor real da Receita previdenciária nesses últimos três anos, momentaneamente nos anos de 1980 e 1981. É óbvio que o valor real da Receita previdenciária teria que se reduzir na medida em que se impôs uma política recessiva a este País, aumentando o desemprego, a massa de trabalhadores desempregados, e ao mesmo tempo reduzindo o salário da classe média brasileira, a qual é a grande contribuinte da Previdência Social. A terceira causa, cuja responsabilidade do Governo é ainda maior tem sido: a redução das contribuições da União para com o fundo previdenciário, a inadimplência, o calote do Governo Federal sobre a própria Previdência Social durante todos esses anos, não pagando suas dívidas para com o Fundo de Assistência e Previdência Social.

Vejam os Srs.: os dados que eu acabo de levantar são dados oficiais, nos quais nós iremos verificar o seguinte: se o ex-Presidente Médici quando assumiu a Presidência da República tivesse pago o que o Governo Federal devia à Previdência Social, Sua Excelência o teria feito num montante, durante seus cinco anos de mandato, de quatro bilhões e duzentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros, o valor de 1974. Importância esta que, submetida a um processo de correção, segundo os índices inflacionários até 1982, ou mais precisamente até o dia 31 de dezembro de 1981, esta importância de quatro bilhões e duzentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros estaria significando, no dia 31 de dezembro de 1981, a bagatela de duzentos e sessenta bilhões de cruzeiros. Isto significa que se o ex-Presidente Médici de forma responsável não desse o calote na Previdência Social, se tivesse pago a dívida da União para com o Fundo de Assistência e Previdência Social estes recursos, se bem aplicados, significariam no dia 31 de dezembro de 1981, nada menos do que duzentos e sessenta bilhões de cruzeiros! Qual foi o déficit da Previdência em 1981? 118 bilhões de cruzeiros. Deste déficit quanto foi utilizado pela Previdência Social para o pagamento de juros à rede bancária privada? Nada menos do que 36 bilhões de cruzeiros foram gastos pela Previdência Social no pagamento de juros à rede bancária privada no ano de 1981.

Apenas para que os Senhores tenham uma idéia, apenas para que os Senhores consigam imaginar comigo da importância de um problema como este, os dados que eu acabo de levantar no próprio Ministério de Assistência e Previdência Social, precisamente na sua Secretaria de Controle Interno; temos em que, apenas no mês de abril de 1982, o Ministério de Assistência e Previdência Social pagou a bagatela de 4 bilhões, 191 milhões, 453 mil, 382 cruzeiros e 94 centavos de juros à rede bancária privada! Apenas em um mês — o mês de abril deste ano, a Previdência, portanto, pagou quase 4 bilhões e 200 milhões de cruzeiros em juros à rede bancária privada.

Dizia eu que o déficit da Previdência Social em 1981 foi de 118 bilhões de cruzeiros, descontados aí, os 36 bilhões de cruzeiros que a Previdência pagou em juros à rede bancária privada, nós teríamos cerca de 82 bilhões de cruzeiros. Eu lhes pergunto, em sã consciência, se a simples aplicação desses recursos que poderiam ter advindos do pagamento da dívida da União à Previdência, no primeiro mandato do Presidente Médici — eu iniciei por médico-soldado que S. Ex.ª foi — se apenas os rendimentos desses 260 bilhões de cruzeiros, aplicados corretamente se não seriam mais que suficientes, com sobra e com bastante sobra, para pagar um possível déficit em 1981, de 72 bilhões de cruzeiros? O mesmo nós podemos fazer, o mesmo cálculo, o mesmo raciocínio pode ser realizado para o Presidente Geisel; a mesma coisa. Se o ex-Presidente Geisel, em 1975, ou seja, no primeiro ano da sua administração, tivesse pago à Previdência Social o que a União lhe devia — e a União lhe devia em 1975, 7 bilhões e 830 milhões de cruzeiros no valor de 1975, tivesse o ex-Presidente Geisel pago a dívida da União, em 1975, de, eu já disse, 7 bilhões e 830 milhões de cruzeiros, esta importância, se bem aplicada, com a necessária correção monetária, estaria valendo, no dia 31 de dezembro de 1981, a bagatela de 220 bilhões de cruzeiros, mais do que suficiente para pagar o déficit de 81, e ainda ser aplicado para frente com o fundo de aplicação que pudesse constituir-se em receita especial para a Previdência Social. Isso não se fez. O mesmo raciocínio posso desenvolver

para o atual Presidente. Tivesse o atual Presidente, no primeiro ano de sua administração, 1979, tivesse ele pago à Previdência Social o que a União lhe devia, e a União lhe devia, em 1979, 56 bilhões e 874 milhões de cruzeiros, no valor de 1979, tivesse o atual Presidente pago à Previdência, e essa importância, no final de 1981, teria o valor de quase 220 bilhões de cruzeiros. O que, mais uma vez, seria mais do que suficiente para pagar o déficit da Previdência em 1981 e ainda sobrar recursos para a constituição de fundo especial que pudesse render à Previdência Social recursos especiais para fazer face às suas despesas. Não! Nada disso se fez. Ao contrário disso, o que a União fez foi reduzir, paulatinamente, de forma criminoso, sua contribuição para com o Fundo de Assistência e Previdência Social. Tanto assim, Srs. Senadores, que precisamente em 1970 o valor percentual, valor relativo das contribuições sociais na formação do total da receita previdenciária, em 1970, foi de 84,6%. Em 1979, este valor percentual das contribuições sociais ascendeu à casa dos 92,1%. Por sua vez, a contribuição da União, que em 1970 foi de 10,03%, em 1979 baixou para 4,94%. Foi o que a União fez. Mais grave do que isso, no entanto, o que o Governo fez foi roubar as miseráveis viúvas pensionistas deste País, para cobrir o "rombo" da Previdência Social.

— Associe-me, Sr. Presidente, em nome do PMDB, às vozes quase desesperadas dos milhões de trabalhadores brasileiros, que aqui estiveram, diante do Congresso, no dia 2 próximo passado, representados por quase 400 entidades de trabalhadores aposentados e de pensionistas. Verbero, com veemência, contra a posição do PDS, do Partido de apoio ao Governo, nesta e na outra Casa. É inadmissível a omissão do PDS numa questão como esta. Como já disse, não se pôde compreender como lá, na Comissão Mista, deixaram, todos os membros, representantes do Partido do Governo, de comparecer. Não se pode compreender como lá, na Comissão Mista, o seu Presidente, o Deputado Jorge Ueque, se obrigou a nomear um outro relator, na pessoa do eminente Senador Itamar Franco, porque o relator indicado pelo acordo de liderança, o eminente Senador Benedito Canelas, a nenhuma das reuniões compareceu.

O processo que encapa o Decreto-lei nº 1.910 deverá ir a Plenário no próximo dia 15, sem parecer. O parecer será dado pelo Senador Itamar Franco, em plenário. O Senador Itamar Franco, com muita justiça, vai sustentar a inconstitucionalidade da medida governamental. A Constituição não dá abrigo ao Presidente da República para emitir Decreto-lei interferindo na Previdência Social, segundo a compreensão não apenas da Oposição, mas de vários juízes que já examinaram mandados de segurança e deram ganho de causa a vários trabalhadores e entidades sindicais respaldados nessa interpretação.

O eminente Senador Itamar Franco, em nome da Oposição, portanto, vai sustentar a inconstitucionalidade do ato do Governo Federal ao editar, de cima para baixo, uma facada, uma peixeirada fria no ventre de milhões de trabalhadores brasileiros, vai verberar contra esse ato, sustentando a sua inconstitucionalidade. Já sei qual será o destino desse decreto-lei: será o da aprovação por decurso de prazo, forma está que tem deteriorado, aviltado o Congresso Nacional aos olhos da opinião pública brasileira. Se se fizer um levantamento no Congresso Nacional para sabermos quantos decretos-leis passaram, no ano passado e neste ano, por decurso de prazo, é possível que cheguemos à absurda proporção de 100%. E será verdadeiro. Se a memória não me falha — acredito que não — não consigo lembrar-me de um sequer que tenha sido aprovado pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional. Todos foram passando por decurso de prazo. E, veja bem, Sr. Presidente, que estou entre aqueles que acredito que quaisquer que sejam os resultados das eleições de 82, quaisquer que sejam as estratégias, os artificialismos, os casuísmos que o Governo consiga impor ao País em termos de arcabouços jurídicos, instrumentos jurídicos, de reformas constitucionais, este ano, quaisquer que sejam os resultados das eleições e quaisquer que sejam as estratégias do Governo, repito, estou entre aqueles que pensam que após 15 de novembro de 1982 estaremos vivendo uma nova realidade, quer o Governo queira, quer o Governo não queira.

Estaremos vivendo uma realidade política mais aproximada da verdade social do País, quaisquer que sejam os resultados eleitorais do País. Teremos Governadores eleitos pelo povo pelo voto direto, depois de 17 anos de jejum da massa popular. Governadores que, quer o Governo queira, quer não, terão força política por força da sua própria representatividade política.

Teremos uma nova composição do Congresso Nacional, ainda que o Governo consiga impor, por exemplo, aquilo que o seu Conselho Político

decidiu ontem que é o de alterar, de forma indecente, a própria constituição do Colégio Eleitoral que há de eleger o futuro Presidente da República, ainda que o Governo consiga isso, a nova realidade política que será vivida pelo País estará condicionando novos instrumentos jurídicos, quer o Governo queira, quer o Governo não queira. Ainda que o Governo consiga impor, por absurdo, que uma Constituição só possa modificar-se pelo voto da unanimidade dos componentes do Congresso Nacional, ainda que conseguisse isso, estou certo de que a nova realidade político-social vivida pelo País haverá de exigir novos instrumentos jurídicos, novo ordenamento jurídico consentâneo com a realidade político-social vivida pelo País.

Estou, portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, entre aqueles que estão até mesmo lançando otimismo pelos poros do corpo, um otimismo até exagerado, porque acredito nesta via, acredito na libertação da sociedade brasileira, do povo brasileiro, dos trabalhadores brasileiros por esta via. E aí de mim se não acreditasse! Aí daquele que não acredita! Infeliz do que não encontra condições psíquicas e emocionais para crer nisso, porque fora disso só existiriam dois caminhos, e dois caminhos opostos, dois caminhos extremos. Portanto, como eu disse estou entre os grandes otimistas, e estando entre os grandes otimistas deploro ainda, com maior infelicidade ainda, a omissão do PDS em questões de tão transcendental importância como o pacote previdenciário. Volto a perguntar: Srs. Senadores do PDS, o pacote previdenciário é indefensável? E o pacote previdenciário vai resolver a crise da Previdência Social? Eu respondo que não. Eu respondo que o pacote é apenas um tapa-buraco emergencial. Estará resolvendo o problema do *deficit* no ano de 1982 e possivelmente o de 1983, mas voltará o *deficit* previdenciário inequivocamente em 1984, por exemplo, porque as causas perduram e perdurando as causas não haverá alíquota capaz de ser lançada em cima de viúva miserável, que resolva definitivamente a irresponsabilidade administrativa.

O Sr. José Fragelli — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço V. Ex^a com imenso prazer.

O Sr. José Fragelli — O meu aparte já vai um pouco tarde, porque V. Ex^a fez uma série de referências a medidas que o Governo Federal vai tomar, vamos dizer assim, para frustrar ou procurar a frustração dos resultados eleitorais de 15 de novembro, que dará à Oposição, acreditamos todos nós, a maioria dos Governos estaduais; nós vamos assistir, então, no próximo ano, uma inversão daquilo que agora estamos vendo, uma enxurrada de projetos de empréstimos aos Governos estaduais, em dólares e em cruzeiros. No ano que vem, para aqueles estados que tenham governadores da Oposição, o Poder Executivo, através do Banco Central, através do Ministério do Planejamento, vai procurar opor obstáculos a que os governadores tenham recursos para as suas administrações, impedindo-os de realizar aquilo que deverá ser feito para o bem-estar da população dos seus estados, com o objetivo direto de demonstrar que as Oposições não terão capacidade para governar, administrar e sobretudo, construir. Essa será uma das consequências do próximo ano, e nós devemos nos preparar para isso, sobretudo aqui no Senado da República, para defendermos os direitos dos novos governadores. V. Ex^a verá o seguinte: aqueles pedidos de empréstimos que aqui se encontram e que não passaram, aí será à maioria que vai opor óbices à sua aprovação. Quando o nosso querido eminente companheiro Senador Alberto Silva for governador do Piauí, S. Ex^a encontrará as maiores dificuldades para obter esses recursos e outros, como eu ouvi do único governador da Oposição que hoje existe no País: "Eu não recebo nem as verbas que o Governo Federal deve me entregar, quanto mais recursos extraordinários". Ouvi isto desse governador. O Governo Federal não entrega para a Oposição nem aqueles recursos que ele é obrigado a fazer a entrega aos governos estaduais. A nossa luta, portanto, no próximo ano, será muito grande para a defesa dos interesses das populações dos demais Estados do Brasil, porque não tenho dúvidas de que essa política, que eu não hesito em classificar de política mesquinha do Governo Federal, vai se agravar a partir de 1983.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Nós estamos preparados para isso, ainda assim, nobre Senador José Fragelli. Fique V. Ex^a tranqüilo.

A força política do governador será muito grande, haverá pressões populares, o Governo Federal será obrigado a descentralizar de qualquer modo, ou então terá que dar um golpe. Dando um golpe, não saberia quais seriam as consequências, e nem sei se tem força para isso. Vai ter que

descentralizar, vai ter que fazer uma reforma tributária e fiscal, vai ter que dar mais autonomia aos Estados, os governadores terão mais força política, vão se constituir num pólo político importante, neste País.

Fique tranqüilo, nobre Senador José Fragelli. Isso não vai ocorrer, até pelo contrário, e estamos dizendo ao povo brasileiro que isso não ocorrerá, porque o Governo será obrigado a descentralizar, e o povo brasileiro está confiando na Oposição, porque sabe que ela é a última esperança. É assim que estamos conduzindo. Não haverá problema.

Moralizando essas administrações estaduais, vai-se precisar de menos recursos, menos verbas, menos empréstimos. Eu sei como elas funcionam, o nobre Senador José Fragelli e o nobre Senador Alberto Silva sabem como elas funcionam. Moralização administrativa, aplicação correta e proba dos recursos públicos, obras sendo realizadas para o bem-estar social, empréstimos em dólares sendo abominados pelos governadores estaduais da Oposição, é lógico, Governadores da Oposição não estarão aqui para pleitear empréstimos em dólares, porque me encontrarão pela frente. Vou criticá-los, se tencionarem fazer isso, mas estarão exigindo, isto sim, uma reforma tributária, uma descentralização dos recursos públicos, uma autonomia maior dos estados, para que obras que a população está esperando sejam realizadas.

Ao mesmo tempo, os governadores serão uma grande força política transformada em impulsionadora do processo de conquista democrática deste País. Esta é a grande meta da sociedade brasileira.

A sociedade brasileira que não tem como meta fazer estradinhas, erguer uma parede, fazer uma ponte. Não. A emergência para a sociedade brasileira é a conquista do processo democrático, de sorte que ela possa participar do Governo, de sorte que ela possa decidir. A emergência para a sociedade brasileira é fazer com que o Congresso Nacional seja mais responsável e, portanto, fosse adquirir prerrogativas substantivas e se constituir num autêntico representante da sociedade brasileira, podendo influir no estabelecimento das normas de uma política econômica menos iníqua e mais justa para o povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas.*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. HENRIQUE SANTILLO EM SEU DISCURSO:

CONTAG

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
M.S.P.W. Quadra 1 — Conjunto 2 — lote 02 — 71.700 — Núcleo
Bandeirante —
Telefones: 552.0259 — 552.0012 — 552.0077
Brasília — Distrito Federal

Ofício nº AJ/608/82.

Brasília (DF), 7 de junho de 1982.

Exm^o Sr.

Senador Henrique Santillo

Senado Federal

Praça dos Três Poderes

Brasília/DF.

Senhor Senador:

Juntamos ao presente, para conhecimento e providência de V. Ex^a, a relação das entidades sindicais de trabalhadores que estiveram presentes, na rampa do Congresso Nacional, ao ato público de protesto contra o Decreto-Lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que consubstanciou o chamado "pacote previdenciário", majorando alíquotas da contribuição previdenciária dos segurados e criando encargo contributivo para os aposentados e pensionistas do sistema.

Como V. Ex^a poderá verificar, referido ato público, pela sua expressividade representativa, deixou definitivamente marcado o protesto e o inconformismo dos trabalhadores brasileiros contra a medida adotada pelo Senhor Presidente da República, considerada por expressiva parcela dos jus-laboralistas de renome e por diversos magistrados como incontestavelmente inconstitucional, vez que a matéria é de competência do Congresso Nacional, *ex vi* do inciso X, do art. 43 da Constituição Federal.

O que esperam e, encarecidamente solicitam e reivindicam os trabalhadores presentes à rampa do Congresso Nacional, representando também os milhões que a Brasília não puderem vir, é que cada Deputado e

cada Senador, independentemente de cor partidária, compareça no dia 15 próximo à votação e negue seu *referendum* ao Decreto-Lei nº 1.910, de 1981, por ser inconstitucional e, principalmente, por já estar acarretando insuportável ônus aos trabalhadores, especialmente aposentados e pensionistas, como ênfase maior no caso dos trabalhadores rurais, cujos benefícios, como sabemos, não decorrem de implemento de contribuição direta.

O não *referendum* ao referido Decreto-Lei representa, assim, uma forma de repor as coisas em seus devidos lugares, isto é, voltarmos à situação anterior, quando o Congresso Nacional havia solucionado o problema através da Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981, que, rejeitando a majoração das alíquotas e silenciando, muito justamente quanto à contribuição dos aposentados e pensionistas, fixou a taxa de 20% sobre o preço da comercialização dos bens supérfluos.

Os trabalhadores brasileiros, da cidade e do campo, estão de olhos voltados para o Congresso Nacional na expectativa de que não haja omissão de nenhum Deputado e nenhum Senador nesta hora difícil e decisiva para o orçamento familiar de milhões de brasileiros que percebem poucos proventos, como é o caso dos rurais, cujos benefícios não vão além de 50% do salário mínimo.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, valemo-nos do ensejo para reiterar a V. Exª nossos protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosas saudações, — José Francisco da Silva, Presidente — Gelindo Zulmiro Ferri, Secretário-Geral.

RELAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPANTES DA CARAVANA CONTRA O PACOTE DA PREVIDÊNCIA (DIA 2 DE JUNHO DE 1982)

Entidades Sindicais:

1. Comissão Nacional Pró-CUT
2. Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura
3. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
4. Confederação Nacional dos Trabalhadores. Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos
5. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade
6. Confederação dos Servidores Públicos do Brasil
7. Federação Nacional dos Jornalistas
8. Federação Nacional dos Portuários
9. Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas
10. Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo
11. Federação dos Comerciantes de Santa Catarina
12. Federação dos Gráficos de São Paulo
13. Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais
14. Federação dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro
15. Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul
16. Federação dos Metalúrgicos de São Paulo
17. Federação dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo
18. Federação dos Têxteis de Minas Gerais
19. Federação dos Trabalhadores na Alimentação do Rio Grande do Sul
20. Federação dos Trabalhadores na Alimentação de São Paulo
21. Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia
22. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo
23. Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás
24. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão
25. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso
26. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso do Sul
27. Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais
28. Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba
29. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná
30. Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
31. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte
32. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul
33. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro
34. Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina
35. Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo

36. Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe
37. Federação dos Trabalhadores no Estabelecimento de Ensino de São Paulo
38. Federação dos Trabalhadores no Papel e Papelão de São Paulo
39. Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São Paulo
40. Federação Paulista dos Servidores Públicos
41. Sindicato dos Alfaiates e Costureiras do Rio de Janeiro
42. Sindicato dos Arquitetos do Rio de Janeiro
43. Sindicato dos Arquitetos de São Paulo
44. Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos do Rio de Janeiro
45. Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro
46. Sindicato dos Bancários de Brasília
47. Sindicato dos Bancários de Fortaleza
48. Sindicato dos Bancários de Natal
49. Sindicato dos Bancários de Niterói
50. Sindicato dos Bancários de Porto Alegre
51. Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro
52. Sindicato dos Bancários de Salvador
53. Sindicato dos Bancários de Santos
54. Sindicato dos Bancários de São Paulo
55. Sindicato dos Ceramistas de Jundiá (São Paulo)
56. Sindicato dos Comerciantes de Apucarana (Paraná)
57. Sindicato dos Comerciantes de Brasília
58. Sindicato dos Comerciantes de Santos
59. Sindicato dos Condutores Rodoviários de Santos
60. Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Santos
61. Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro
62. Sindicato dos Eletricistas da Bahia
63. Sindicato dos Eletricistas de São Paulo
64. Sindicato dos Empregadores em Edifícios de Santos
65. Sindicato dos Empregados em Edifícios, Porteiros e Cabineiros de São Paulo
66. Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conserv. Brasília
67. Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conserv. de São Paulo
68. Sindicato dos Empregados em Hotéis e Similares de Santos
69. Sindicato dos Empregados na Administração Portuária de Santos
70. Sindicato dos Enfermeiros de Santos
71. Sindicato dos Engenheiros de Brasília
72. Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro
73. Sindicato dos Engenheiros de São Paulo
74. Sindicato dos Ensacadores e Arrumadores de Café do Porto de Santos
75. Sindicato dos Estivadores de Santos
76. Sindicato dos Ferroviários da FEPASA
77. Sindicato dos Gráficos de Campinas
78. Sindicato dos Gráficos de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul)
79. Sindicato dos Gráficos de Jundiá (São Paulo)
80. Sindicato dos Gráficos de Ribeiro Preto (São Paulo)
81. Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro
82. Sindicato dos Gráficos de Santos
83. Sindicato dos Gráficos de São Paulo
84. Sindicato dos Gráficos de Sorocaba (São Paulo)
85. Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Brasília
86. Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais
87. Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Paraíba
88. Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre
89. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro
90. Sindicato dos Marceneiros de São Paulo
91. Sindicato dos Médicos do Espírito Santo
92. Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro
93. Sindicato dos Médicos de São Paulo
94. Sindicato dos Mestres e Contramestres de Fiação e Tecelagem de São Paulo
95. Sindicato dos Metalúrgicos de Acesoita (Minas Gerais)
96. Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis (Rio de Janeiro)

97. Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem (Minas Gerais)
98. Sindicato dos Metalúrgicos de Caeté (Minas Gerais)
99. Sindicato dos Metalúrgicos de Campos (Rio de Janeiro)
100. Sindicato dos Metalúrgicos de Conselheiro Lafaiete (Minas Gerais)
101. Sindicato dos Metalúrgicos de Cruzeiro (São Paulo)
102. Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza (Ceará)
103. Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos (São Paulo)
104. Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (Minas Gerais)
105. Sindicato dos Metalúrgicos de Itaúna (Minas Gerais)
106. Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (Minas Gerais)
107. Sindicato dos Metalúrgicos de Mogi das Cruzes (São Paulo)
108. Sindicato dos Metalúrgicos de Montes Claros (Minas Gerais)
109. Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói (Rio de Janeiro)
110. Sindicato dos Metalúrgicos de Nova Friburgo (Rio de Janeiro)
111. Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (São Paulo)
112. Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco (Minas Gerais)
113. Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Preto (Minas Gerais)
114. Sindicato dos Metalúrgicos de Pará de Minas (Minas Gerais)
115. Sindicato dos Metalúrgicos de Petrópolis (Rio de Janeiro)
116. Sindicato dos Metalúrgicos de Poços de Caldas (Minas Gerais)
117. Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre (Rio Grande do Sul)
118. Sindicato dos Metalúrgicos do Recife (Pernambuco)
119. Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)
120. Sindicato dos Metalúrgicos de Sabará (Minas Gerais)
121. Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (São Paulo)
122. Sindicato dos Metalúrgicos de Santos (São Paulo)
123. Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (São Paulo)
124. Sindicato dos Metalúrgicos de São Gonçalo (Rio de Janeiro)
125. Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (São Paulo)
126. Sindicato dos Metalúrgicos de Sete Lagoas (Minas Gerais)
127. Sindicato dos Metalúrgicos de Três Rios (Rio de Janeiro)
128. Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (Rio de Janeiro)
129. Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro
130. Sindicato dos Metroviários de São Paulo
131. Sindicato dos Motoristas em Guindastes do Porto de Santos
132. Sindicato Nacional dos Aeronautas
133. Sindicato dos Oficiais Barbeiros, Cabeleireiros e Similares de São Paulo
134. Sindicato dos Operários de Serviços Portuários de Santos
135. Sindicato dos Padeiros de São Paulo
136. Sindicato dos Petroleiros da Bahia
137. Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínea (São Paulo)
138. Sindicato dos Petroleiros de Cubatão (São Paulo)
139. Sindicato dos Petroleiros de Mauá (São Paulo)
140. Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro
141. Sindicato dos Petroleiros de Santos
142. Sindicato dos Petroquímicos de Duque de Caxias (Rio de Janeiro)
143. Sindicato dos Professores de Brasília
144. Sindicato dos Professores de Minas Gerais
145. Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro
146. Sindicato dos Químicos de Campinas (São Paulo)
147. Sindicato dos Químicos de Guaratinguetá (São Paulo)
148. Sindicato dos Químicos de Guarulhos (São Paulo)
149. Sindicato dos Químicos de Jundiaí (São Paulo)
150. Sindicato dos Químicos de São Paulo (São Paulo)
151. Sindicato dos Químicos de Susano (São Paulo)
152. Sindicato dos Químicos de Vinhedo (São Paulo)
153. Sindicato dos Radialistas de Porto Alegre
154. Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro
155. Sindicato dos Rodoviários de Duque de Caxias e Magé (Rio de Janeiro)
156. Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro
157. Sindicato dos Rodoviários de São Paulo
158. Senalba de Brasília
159. Senalba do Município do Rio de Janeiro
160. Sindicato dos Trabalhadores na Alimentação de Bagé (RS)
161. Sindicato dos Trabalhadores na Alimentação de Caxias do Sul (RS)
162. Sindicato dos Trabalhadores na Alimentação de Santos (SP)
163. Sindicato dos Trabalhadores Artefatos de Papel de São Paulo
164. Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Brasília
165. Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Curitiba
166. Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Santos (SP)
167. Sindicato dos Trabalhadores em Bloco do Porto de Santos
168. Sindicato dos Trabalhadores Energia Elétrica de Campos (RJ)
169. Sindicato dos Trabalhadores Energia Elétrica e Gás do Rio de Janeiro
170. Sindicato dos Trabalhadores Indústrias de Borracha de São Paulo
171. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Santos
172. Sindicato dos Trabalhadores Indústrias Fiação e Tecelagem de Belo Horizonte
173. Sindicato dos Trabalhadores Indústrias Fiação e Tecelagem Pará de Minas
174. Sindicato dos Trabalhadores Indústrias e Tecelagem Porto Feliz (SP)
175. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Óticas de São Paulo
176. Sindicato dos Trabalhadores Indústrias Papel e Papelão Aparecida (SP)
177. Sindicato dos Trabalhadores Indústria Papel e Papelão de Caieiras (SP)
178. Sindicato dos Trabalhadores Indústrias Papel e Papelão Guaratinguetá (SP)
179. Sindicato dos Trabalhadores Indústria Papel e Papelão de Guarulhos (SP)
180. Sindicato dos Trabalhadores Indústria Papel e Papelão de Jundiaí (SP)
181. Sindicato dos Trabalhadores Indústria Papel e Papelão de Limeira (SP)
182. Sindicato dos Trabalhadores Indústria Papel e Papelão Mogi das Cruzes (SP)
183. Sindicato dos Trabalhadores Indústria Papel e Papelão Mogi-Guaçu (SP)
184. Sindicato dos Trabalhadores Indústria Papel e Papelão Pindamonhangaba (SP)
185. Sindicato dos Trabalhadores Indústria Papel e Papelão Piracicaba (SP)
186. Sindicato dos Trabalhadores Indústria Papel e Papelão Salto (SP)
187. Sindicato dos Trabalhadores Indústria Papel e Papelão de São Paulo (SP)
188. Sindicato dos Trabalhadores Indústria Papel e Papelão Sorocaba (SP)
189. Sindicato dos Trabalhadores Indústria Papel e Papelão Valinhos (SP)
190. Sindicato dos Trabalhadores Indústrias Plásticas de São Paulo
191. Sindicato dos Trabalhadores Indústrias Urbanas de Mato Grosso do Sul
192. Sindicato dos Trabalhadores Indústrias Urbanas de Pernambuco
193. Sindicato dos Trabalhadores Purific. Água e Servs. Esgoto de São Paulo
194. Sindicato dos Trabalhadores de Indústria de Sabão e Vela de São Luís (MA)
195. Sindicato dos Trabalhadores Indústria Trigo, Milho, Soja, Arroz-Porto Alegre
196. Indústria Vestuário de Porto Alegre
197. Sindicato dos Trabalhadores Indústria Urbs. Santos, São Vicente e Litoral
198. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra (BA)
199. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras (BA)
200. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa (BA)
201. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Central (BA)
202. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória (BA)
203. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro (BA)
204. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xique-Xique (BA)
205. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre (ES)
206. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alfredo Chaves (ES)
207. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracruz (ES)
208. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiro de Itapemirim (ES)
209. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castelo (ES)
210. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina (ES)

211. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guararapi (ES)
 212. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiaraçu (ES)
 213. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaçu (ES)
 214. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaraná (ES)
 215. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mantenópolis (ES)
 216. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muniz Freire (ES)
 217. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa tereza (ES)
 218. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista (GO)
 219. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caldas Novas (GO)
 220. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres (GO)
 221. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goianésia (GO)
 222. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbá (GO)
 223. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Edea (GO)
 224. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goianira (GO)
 225. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goituba (GO)
 226. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guapo (GO)
 227. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO)
 228. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (GO)
 229. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos (GO)
 230. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trindade (GO)
 231. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvania (GO)
 232. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruana (GO)
 233. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varjão (GO)
 234. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Balsas (MA)
 235. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bequimão (MA)
 236. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo (MA)
 237. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guimarães (MA)
 238. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirinzal (MA)
 239. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Olho D'água das Cunhãs (MA)
 240. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pio XII (MA)
 241. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinheiro (MA)
 242. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Inês (MA)
 243. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia (MA)
 244. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rita (MA)
 245. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbiras (MA)
 246. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acorizal (MT)
 247. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cuiabá (MT)
 248. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis (MT)
 249. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado (MS)
 250. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mundo Novo (MS)
 251. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bras Pires (MG)
 252. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília de Minas (MG)
 253. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canápolis (MG)
 254. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinópolis (MG)
 255. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conselheiro Lafaiete (MG)
 256. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiaí (MG)
 257. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipiacu (MG)
 258. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaverava (MG)
 259. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba (MG)
 260. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba (MG)
 261. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária (MG)
 262. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Pinheiro (MG)
 263. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juramento (MG)
 264. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manga (MG)
 265. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piranga (MG)
 266. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Bárbara (MG)
 267. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Vitória (MG)
 268. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia (MG)
 269. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova (PB)
 270. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alhandea (PB)
 271. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras (PB)
 272. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra de Santa Rosa (PB)
 273. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperança (PB)
 274. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piteúbas (PB)
 275. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pijurituba (PB)
 276. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Saré (PB)
 277. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serraria (PB)
 278. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Floresta dos Navios (PE)
 279. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina (PE)
 280. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açu (RN)
 281. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jucurutu (RN)
 282. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus de Itabapoana (RJ)
 283. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (RJ)
 284. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaboraí (RJ)
 285. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Magé (RJ)
 286. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Bonito (RJ)
 287. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Fidelis (RJ)
 288. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresópolis (RJ)
 289. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valença (RJ)
 290. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vassouras (RJ)
 291. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçatuba (SP)
 292. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara (SP)
 293. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis (SP)
 294. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Auriflama (SP)
 295. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Batatais (SP)
 296. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bernardino de Campos (SP)
 297. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barretos (SP)
 298. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cafelândia (SP)
 299. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos (SP)
 300. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fernandópolis (SP)
 301. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Franca (SP)
 302. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de General Salgado (SP)
 303. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guapiara (SP)
 304. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaí (SP)
 305. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituverava (SP)
 306. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal (SP)
 307. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jales (SP)
 308. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de José Bonifácio (SP)
 309. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Junqueirópolis (SP)
 310. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lins (SP)
 311. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marília (SP)
 312. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandópolis (SP)
 313. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirante Paranapanema (SP)
 314. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirassol (SP)
 315. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mogi das Cruzes (SP)
 316. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ourinhos (SP)
 317. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital (SP)
 318. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraguaçu Paulista (SP)
 319. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio (SP)
 320. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pederneiras (SP)
 321. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedregulho (SP)
 322. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Penápolis (SP)
 323. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pirajuí (SP)
 324. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal (SP)
 325. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Alves (SP)
 326. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente (SP)
 327. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Populina (SP)
 328. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quatá (SP)
 329. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rancheira (SP)
 330. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Regente Feijó (SP)
 331. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto (SP)
 332. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sales de Oliveira (SP)
 333. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Fé (SP)
 334. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Carlos (SP)
 335. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Paulo (SP)
 336. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sorocaba (SP)
 337. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teodoro Sampaio (SP)
 338. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valparaíso (SP)
 339. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xavantes (SP)
 340. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aquidabã (SE)
 341. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Estância (SE)
 342. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Malhados (SE)
 343. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tobias Barreto (SE)
 344. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília (DF)
 345. Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de Minas Gerais
 346. Sindicato dos Trabalhadores em Transporte de Brasília

347. Sindicato dos Vidreiros do Rio de Janeiro
 348. Sindicato dos Vigias Portuários de Santos
 349. Associação dos Engenheiros Agrônomos do Distrito Federal
 350. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
 351. Associação dos Professores do Estado de São Paulo
 352. Associação dos Professores São Paulo — Araçatuba
 353. Associação Profissional dos Arquitetos do Distrito Federal
 354. Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Distrito Federal
 355. Associação Profissional dos Cientistas Sociais do Rio de Janeiro
 356. Associação Profissional dos Nutricionistas do Rio de Janeiro
 357. Associação Profissional de Processamento de Dados do Rio de Janeiro
 358. Associação Profissional dos Sociólogos do Distrito Federal
 359. Associação Profissional dos Trabs. Estab. Ensino do Distrito Federal
 360. Associação dos Vigilantes do Distrito Federal
 361. União Nac. Servidores Públicos — Rio de Janeiro
 362. União Nac. Servidores Públicos — São Paulo

Entidades de Aposentados:

363. Associação dos Aeroviários Aposentados e Pensionistas do Rio de Janeiro
 364. Associação dos Aposentados Arrumadores do Rio de Janeiro
 365. Associação dos Aposentados Eletricitários do Estado de São Paulo
 366. Associação dos Aposentados Estivadores de Santos
 367. Associação dos Aposentados de Jundiá (SP)
 368. Associação dos Aposentados e Pensionistas de Brasília
 369. Associação dos Aposentados e Pensionistas do Comércio do Rio de Janeiro
 370. Associação dos Aposentados e Pensionistas de Praia Grande (SP)
 371. Associação dos Aposentados do Petróleo de Santos
 372. Associação dos Aposentados Rodoviários do Rio de Janeiro
 373. Associação dos Bancários do Estado de São Paulo
 374. Associação dos Empregados Aposentados da CNTC
 375. Associação dos Funcionários Aposentados da VASP
 376. Associação dos Professores do Acre
 377. Associação dos Professores do Pará
 378. Associação dos Químicos Aposentados de Niterói (RJ)
 379. Associação dos Trabalhadores Aposentados Inds. Quims. e Farms. São Paulo
 380. Associação dos Trabalhadores Aposentados Metalúrgicos de São Paulo
 381. Associação dos Trabalhadores Aposentados Marceneiros de São Paulo
 382. Associação dos Trabalhadores Têxteis Aposentados de São Paulo
 383. Associação das Entidades de São Paulo do Estado de São Paulo
 384. Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro
 385. Legião Brasileira de Inativos — Niterói (RJ)
 386. Legião Eloy Chaves — Santos (SP)
 387. União dos Aposentados de Transps. Coletivos do Estado de São Paulo
 388. Conselho das Entidades de Aposentados do Estado de São Paulo

Entidades Diversas:

Comissão dos Funcionários do Hospital da Santa Casa de Santos
 Conselho Municipal de Moradores de São Vicente (SP)
 DCE Livre da UNB
 Frente Nacional do Trabalho
 Movimento Contra o Custo de Vida (SP)
 OAB — Subseção de Santos
 Pastoral Operária de Mogi das Cruzes (SP)
 União Nacional dos Estudantes

Parlamentares:

Senador Franco Montoro — PMDB
 Senador Henrique Santillo — PMDB
 Senador Tancredo Neves — PMDB
 Deputado Aírton Soares — PT
 Deputado Benedito Marcílio — PT

Deputado Dêlio dos Santos — PDT
 Deputado Edson Kair — PMDB
 Deputado Freitas Diniz — PT
 Deputado Freitas Nobre — PMDB
 Deputado J.G. de Araújo Jorge — PDT
 Deputado Jackson Barreto — PMDB
 Deputado Marcus Cunha — PMDB
 Deputado Modesto da Silveira — PMDB
 Deputado Odacir Klein — PMDB
 Deputado Roberto Freire — PMDB
 Deputado Tidei de Lima — PMDB
 Deputado Ulysses Guimarães — PMDB
 Deputado Cassado Marcelo Gato.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. GABRIEL HERMES NA SESSÃO DE 25-6-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. GABRIEL HERMES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Instituto Euvaldo Lodi, organismo de estudos e pesquisas da Confederação Nacional das Indústrias, em colaboração com a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, promoveu, nos dias 2 e 3 de junho, em Porto Alegre, um Seminário Nacional sobre Renovação da Empresa, que obteve a maior fepercussão nos meios empresariais, atraindo representantes dos setores industriais de todo o País, autoridades estaduais e federais, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, o Presidente da FIERGS, e mais autoridades.

Os temas abordados foram de transcendental importância e do maior interesse para os meios empresariais. O Seminário se destinou a estimular uma reflexão sobre a adequação do microcosmo empresarial ao universo das transformações em curso no conjunto da sociedade, e, assim, favorecer o debate em torno às múltiplas dimensões nas quais a empresa pode assumir sua vocação inovadora e seu papel de agente do processo de transformação. Destaque foi dado aos problemas da pequena e média empresa nos debates entre os participantes, empresários, acadêmicos, estudiosos e representantes de órgãos governamentais.

O programa, bem escolhido e organizado pelo IEL, orientado pelo seu Diretor, Tarciso Meirelles Padilha, reuniu os participantes em grupos, em várias sessões plenárias, o que permitiu exposições e amplos debates entre experientes homens de empresas, Ministro de Estado, técnicos, professores e pesquisadores universitários.

Passamos a dar, em resumo, notícias de algumas das matérias do programa do Seminário, assim como a que se segue e que mereceu destaque:

"A Renovação da Empresa"

A "Renovação da Empresa no Contexto Sócio-Econômico Brasileiro" foi um dos temas fartamente estudados, e, nas conclusões, mostraram os debatedores que cumpre hoje à empresa abandonar o papel de espectadora no processo e se transformar em entidade atuante. Para tanto, é necessário ritmo célere na modernização de suas estruturas, atualizando-se a seus dirigentes e técnicos. Deve o empresário, na luta competitiva, racionalizar seu processo e buscar contínua renovação.

A tese foi exposta pelo Sr. Paulo Francini, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e teve como debatedores os Srs. Amaury Temporal, Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e Luís Otávio Bueno Dias Vieira, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Destaque mereceu o Tema.

"Desenvolvimento Social e Relações de Trabalho"

Discorreram o Sr. Alencar Rossi, Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho, tendo, como debatedores, o Sr. Adão Mendes Jurak, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Rio Grande do Sul; Élio Eulálio Grisa, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul; Ernesto Lima Gonçalves, Professor da Faculdade de Medicina da USP e da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo e, como relator, Amaury de Souza, cientista político e professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Os debates deste grupo de trabalho foram de alta qualidade e deixaram observações e estudos oportunos. As discussões entre os membros do Ministério do Trabalho, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores, professores e empresários foram esclarecedoras e deixaram subsídios

para serem aproveitados pelos legisladores, ministérios e empresas; assim, aguardamos a publicação dos anais para uma apreciação futura.

"Desenvolvimento Organizacional"

O mundo empresarial moderno exige uma nova postura do industrial, dos homens de empresa.

O rápido crescimento e, em muitos casos, o gigantismo das empresas que se espalham pelas cidades, pelas várias unidades da Federação e até o exterior, criam novas e complexas exigências. O problema da desburocratização, para busca da eficácia, convoca o empresário, os gerentes, os administradores a posições novas, coloca o apelo à colaboração entre técnicos e estreitam as relações entre os recursos científicos, econômicos e administrativos.

As exposições e os debates do grupo que estudou o tema "Desenvolvimento Organizacional" abrangeram os aspectos ligados ao Gigantismo e Burocratização; Desburocratização e Eficácia; Papel de Empresário e de Gerente e Realização no Trabalho. O grupo foi presidido pelo Sr. Leopoldo Mário Nigro, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso; tendo como expositor o professor José Osório Reis, Diretor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, e como debatedores: Antônio Carlos Santa Rosa, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Roberto Carlos Regnier Netto, Diretor do SENAC — Departamento Nacional, e Wagner Siqueira, Gerente de Planejamento do Banco do Desenvolvimento do Rio de Janeiro.

"O Empresário do Ano 2.000"

O assunto da 4ª Sessão foi "Nasce Hoje o Empresário do Ano 2.000" — "Um Novo Gerente para uma Nova Empresa", tendo como expositor o professor Francisco Gomes de Matos, Consultor de Empresas e membro do Conselho Federal de Mão-de-obra.

Esse tema comportou uma profunda reflexão a respeito da adequação da empresa ao universo das transformações sociais, abrindo perspectiva à análise das múltiplas dimensões da organização e sua vocação inovadora.

Presidiu a sessão o Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, industrial Bernardo Wolfgang Werner. Os debatedores foram o ex-ministro Euro Brandão e empresários Dilson Funaro, Presidente da Trol Indústria e Comércio S.A. E Norberto Odebrecht, Diretor-Presidente da Construtora Norberto Odebrecht.

Foi substancial o trabalho do expositor que advertiu: — De repente o ano 2.000 já chegou. É uma época de inquietações e fabulosas promessas.

Passou a expor o que já está ocorrendo na sociedade de informação. Falou da Telemática; mostrou que "na escola moderna o menino desenha fábricas, máquinas, poluição". Disse dos traços culturais da transição, do relacionamento humano, dos novos treinamentos das teses mecanicistas, dos novos conceitos de autoridades, das tendências do novo sindicalismo; enfim, da integração Empresa-Governo-Comunidade, de escolas novas e de novas tecnologias. Chegou ao perfil do gerente como educador e abordou as novas filosofias do trabalhos.

Neste painel, todas as novas etapas foram abordadas, debatidas e surgiram conclusões e recomendações que qualificaram os debates.

Sem dúvida, foi excelente a contribuição do Professor Francisco Gomes de Matos na discussão do tópico: "Nasce, Hoje, o Empresário do Ano 2.000", procurando perfilar o administrador do futuro, enquanto realçava os traços culturais significativos da transição para a década de 80, examinando, sucessivamente, indicadores de tendência, a política de recursos humanos, o gerente como educador, um novo modelo de desenvolvimento gerencial, a nova empresa e a nova gerência, a organização burocrática, os recursos humanos e o desenvolvimento gerencial permanente à distância, apresentando as seguintes conclusões:

- a) o conhecimento é vital, mas sem a aplicação frustra-se e se extingue;
- b) a habilidade na aplicação do conhecimento consiste em associá-lo à solução de problemas práticos;
- c) para tanto, o ambiente contribui positivamente quando estimula a experimentação

Desenvolvimento Econômico-Financeiro

No Grupo de Trabalho sobre "Desenvolvimento Econômico-Financeiro", presidido pelo empresário Paulo D'Arrigo Vellinho, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, foi discutida a problemática da renovação da empresa e o papel que lhe cabe em nosso atual estágio de desenvolvimento. O Grupo analisou também a política de crédito, as formas modernas de capitalização, a política industrial e o problema da competitividade.

Tendo como expositor o Dr. Ary Burger, Presidente da Companhia Rio-grandense de Participações, o grupo centralizou o tema com vistas à política

de crédito e às formas modernas de capitalização, procedendo-se a análises gerais sobre o papel da empresa e o posicionamento da classe empresarial ante o Governo. Concluiu-se que a maturidade do nosso processo de desenvolvimento não admite tomadas unilaterais de decisões, sem consulta prévia e ampla a todos os setores da sociedade, julgando-se inadmissível o falso conflito de situações e interesse entre o Governo e Empresa, Capital e Trabalho, ou seja, os que devem cuidar da riqueza e os que se devem ocupar com a pobreza.

Reconheceu-se a necessidade de sensíveis mudanças no atual sistema econômico-financeiro, que facilita, hoje, mais a especulação do que a produção.

Enfatizou-se a importância da otimização e maximização do lucro, que não devem ser buscadas apenas na estrutura da empresa, mas devem refletir-se no âmbito de uma maior solidariedade inter-empresarial.

Concluiu-se pela necessidade de se desenvolverem todos os esforços necessários ao fortalecimento da pequena e média empresas, pois da sua melhor estruturação depende uma economia saudável.

Reconheceu-se que a renovação da empresa será feita em função do impacto tecnológico, sem perder de vista a importância fundamental do aumento da eficiência dos recursos humanos, e que é imprescindível uma maior atenção ao papel que o homem representa no processo.

No que tange à competitividade, advertiu-se no sentido do pleno respeito aos princípios fundamentais da livre iniciativa empresarial.

Recursos Humanos

Srs. Senadores:

Os debates em torno do tema "Desenvolvimento de Recursos Humanos" foram presididos pelo orador (Gabriel Hermes), sendo expositor o professor Ayrton Brock de Oliveira, do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional — Fundação CENAFOR — do Ministério da Educação e Cultura. Os debatedores foram pela ordem, Arivaldo Silveira Fontes — Diretor Geral do Departamento Nacional do SENAI, Heitor Kramer — Gerente de Recursos Humanos da MPM — Propaganda, José Américo Ferreira, consultor de empresas e Maurício Magalhães Carvalho, chefe da Presidência da Confederação Nacional do Comércio.

No início dos trabalhos citei os gigantescos empreendimentos como a hidrelétrica de Tucuruí, Carajás, porto de Itaqui, porto de Barcarena, a hidrovia, as eclusas, para só falar naqueles que dizem respeito à minha área de origem, salientando que, para atender a todos esses projetos, há uma formidável demanda de recursos humanos, o que exige o máximo empenho de todos os envolvidos e interessados no assunto.

O professor Ayrton iniciou a exposição dizendo desejar incitar a discussão em torno de problemas e dúvidas relativas ao processo de produção centrado no capital.

Primeiramente, ressaltou a tendência que existe no processo capitalista de produção de seccionar, esquematizar e reduzir as etapas do processo. Ao ser simplificado este, cada seção, cada etapa, cada fração passa a ser executada por máquinas.

Isso geraria uma tendência para desqualificar o trabalho, ou seja, geraria uma tendência para extinguir o trabalho qualificado e frisou: a racionalidade empresarial leva a investir em tecnologia para concorrer com outros mercados, para obter retorno mais rápido ao investimento.

As grandes empresas industriais operam segundo esta perspectiva e seguem uma política de capital intensivo com tecnologia comprada e tendente a economizar a mão-de-obra.

No entanto, estamos gastando tempo e recursos para a qualificação de uma mão-de-obra que se encaminha para um mercado que dispõe de vagas cada vez mais insuficientes.

Os debatedores intervieram, reconhecendo todos o destaque fundamental que se deve dar ao tema recursos humanos. O Dr. Heitor Kramer chamou a atenção para o significativo fato de que o Grupo de Trabalho — justamente o que trataria da formação de recursos humanos — ter apresentado o menor índice de frequência em relação, por exemplo, ao que tratou de problemas econômico-financeiros. Segundo ele, esse fato pode ser interpretado como um indício seguro do desinteresse do empresário que, não tendo meio para avaliá-los objetivamente, desconhece o potencial dos recursos humanos.

Arivaldo Silveira Fontes destacou a importância do SENAI na qualificação da mão-de-obra e a tendência para deslocar o treinamento para dentro das empresas, uma vez que a clientela é numerosa e a oferta do SENAI é insuficiente.

José Américo Ferreira entende que existe muita ignorância a respeito de recursos humanos por parte dos empresários. A maioria deles enfrenta altos

custos no absenteísmo, no "turn-over", no recrutamento e seleção de pessoal que, no caso brasileiro, em grande parte, provém da corrente migratória rural-urbana. No entanto, como esses custos não estão sendo demonstrados, os empresários não despertam para a necessidade de investir nos recursos humanos como meio de reduzi-los.

Sugeriu que o SENAI conduza pesquisas nessa área para posterior divulgação aos empresários.

O Ministro da Indústria e do Comércio

Prestigiou o encontro o Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, que pronunciou oportuna palestra e abordou longamente problemas os mais diversos. Esclareceu a posição do Governo Federal e de seu Ministério no desejo de uma constante participação e colaboração, sobretudo no setor de maior produção nacional.

Esclareceu sobre os motivos pelos quais o BNDE passou do MIC para a SEPLAN, e afirmou que o Governo não pensa em diminuir recursos destinados ao financiamento das empresas privadas. Esclareceu sobre os esforços no sentido da retomada do crescimento econômico que, afirmou, espera atinja nível razoável de crescimento no corrente ano. Muito proveitosa foi a oportunidade em que o Ministro respondeu a numerosas perguntas do auditório e, assim, prestou esclarecimentos e deu orientações.

Srs. Senadores:

Nesta rápida síntese, queremos significar a importância do Seminário Nacional sobre Renovação da Empresa, do qual tivemos a honra de participar, pelas profícuas análises e profundos estudos feitos, pela abordagem dos mais importantes problemas do nosso desenvolvimento, sobretudo pela confiança dos nossos empresários em nossa evolução econômica, social e política.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVELÁSIO VIEIRA NA SESSÃO DE 29-6-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O problema do desemprego no nosso País somente pode ser compreendido a partir do entendimento do êxodo rural. O homem que deixa o campo torna-se uma força a menos na produção agrícola e passa a ser, na cidade, um competidor a mais por emprego.

De um modo geral o grau de conhecimento dessa mão-de-obra recém-chegada à cidade não é muito elevado. Todos sabemos que são menores as oportunidades de qualificação do trabalhador nas atividades agrícolas e ainda que haja esse preparo, o simples deslocamento já é uma desvantagem, pois surge, daí, a necessidade de assimilar outros padrões de conhecimento, que os empregados na cidade sabem pelo menos que existem.

A melhor forma de evitar o êxodo rural e fixar o homem à terra é dando-lhe a propriedade dessa terra. Por isso, é inadiável a necessidade de serem estabelecidos mecanismos que garantam, ao trabalhador rural, o acesso à propriedade do seu meio de trabalho e, dentre eles, o financiamento para a aquisição de áreas desse tipo é medida que cabe considerar.

No Brasil, hoje, o que está havendo é uma crescente concentração de terras. Os latifúndios aumentam. O Governo alega que não dispõe de recursos financeiros para financiar aquisição de terras pelos que a desejam e não a têm. Entretanto, o Governo distribui crédito subsidiado para os latifundiários ampliarem as suas vastas áreas.

Outras condições mais favoráveis à existência do homem rural devem também ser providenciadas. A primeira delas, sem a qual nenhuma perdura, é a de garantir rentabilidade aos produtos agrícolas, por intermédio de um sistema de comercialização capaz de isolar os dois extremos — produção e consumo — da ganância dos intermediários e pela fixação de um preço mínimo remunerador, que venha acompanhado da compra efetiva do que for produzido.

O que vemos presentemente é o agricultor ganhar pouco, com muito esforço, enquanto o consumidor paga muito e sem dispor de alternativa. Ao lado disso, muita vez, a produção se perde por falta de armazenagem, desestimulando ainda mais o produtor, que de um lado não encontra preço e de outro, observa o fruto do seu trabalho ser desperdiçado.

A vida do homem do campo brasileiro não é fácil, Senhor Presidente. Para produzir ele tem de comprar sementes, nem sempre de boa qualidade, adquirir fertilizantes adulterados e a preços exorbitantes, e por fim transportar os bens obtidos por estradas alimentadoras quase sempre precárias, quando não intransitáveis em certas épocas do ano.

Esse cidadão de quem se exigem tais sacrifícios é o mesmo que não dispõe de um seguro que cubra os riscos de produzir, pois o que existe, objetiva impedir os prejuízos dos bancos financiadores e só residualmente o agricultor nele é incluído. Assim, quem produz por conta própria, e não são poucos, corre todos os riscos da produção, sem que haja qualquer modalidade de seguro à disposição, de vez que ninguém quer assumir o compromisso de garantir uma atividade cujas ameaças de perdas são enormes.

É também esse trabalhador o mesmo que, muita vez, necessita de orientação técnica e não tem acesso a ela, pois as pessoas treinadas para tanto, algumas até no exterior e a peso de ouro para o País, se encontram em atividades burocráticas ineficientes, preenchendo quadradinhos, em escritórios muito bem montados, com água e cafezinho a toda hora. O nosso agricultor continua sofrendo uma discriminação da Previdência Social. Por exemplo, ele tem que trabalhar até os sessenta e cinco anos para alcançar uma aposentadoria correspondente a 50% do salário mínimo.

Sr. Presidente, o grande potencial brasileiro é inegavelmente a agricultura. Temos suficientes comprovações a respeito. Somos grandes exportadores de café, cacau, soja, sucos diversos, principalmente de laranja, e ultimamente desenvolvemos o mercado para frangos congelados, sendo que o Estado de Santa Catarina é o que mais contribui para esse resultado.

Por que não podemos exportar outros produtos, como arroz, milho, algodão, carnes bovina e suína (e a lista pode ser facilmente ampliada), obtendo com isso divisas capazes de permitir que continuemos a importar sem problemas no balanço de pagamentos?

Temos um exemplo bastante decisivo de quanto a imaginação e a audácia facilitam a expansão das vendas externas numa empresa catarinense, a Sadia, que está exportando quibe congelado para os países árabes.

Incrementar a produção agrícola brasileira significa interiorizar o desenvolvimento, produzindo mais alimentos e fixando o homem no campo. Para tanto, importa definir uma política para o setor e os modos de ação do Governo, que em diversos aspectos cada vez mais se torna necessária.

Nos últimos anos inúmeros grandes eixos viários foram construídos por todo o nosso território, sem que a estrada vicinal, também importante, merecesse iguais cuidados.

No que respeita aos insumos agrícolas de há muito existem reclamações sobre os fertilizantes, em termos de qualidade e preços. Sabemos que a intervenção governamental na economia nem sempre tem sido socialmente proveitosa entre nós, mas no caso, acreditamos que algo deve ser feito, até mesmo em termos de produção, de modo a coibir abusos e propiciar condições para que seja melhor remunerada a atividade que depende do consumo de adubos para elevar a sua produtividade.

Alguma ação governamental também seria válida para equilibrar o mercado leiteiro.

Em Santa Catarina temos o exemplo de uma área (no Vale do Itajaí) de minifúndios outrora produtores de leite e também de hortifrutigranjeiros, que, com as oscilações de excesso de produção no verão e escassez, no inverno, perdeu a sua vitalidade, muito embora detivesse todas as condições para se desenvolver sempre naquela direção.

Quantas áreas semelhantes não existem por todo o nosso país, Senhor Presidente?

O problema aí está. É grande a luta pelo emprego nas cidades, enquanto o consumo também aumenta, especialmente de produtos de origem agrícola. Sem dúvida, a produtividade garante uma parte desse consumo. Mas a questão não é só econômica, pois que o seu fundo é social.

O êxodo rural necessita ser estancado. Para tanto cabe criar no interior condições para a sobrevivência do homem que lá habita.

Em primeiro lugar, escola, pois hoje um dos grandes fatores de expulsão do homem do campo para a cidade é a falta de condições educacionais. Em distritos pequenos, de cinco mil habitantes, a falta de um ginásio acelera a mudança de toda uma família. Primeiro, vão os filhos estudar, depois os pais, atraídos também por outras vantagens que não encontram nos seus locais de origem.

O conforto da eletrificação também é um outro fator de expulsão-atração. O homem do campo vai à cidade e vê televisão, bebe água gelada, ouve rádio, e conhece o que a eletricidade pode lhe oferecer.

Na verdade não podemos ser contra isso. O que deve ser feito é propiciar a esse homem tal condição onde ele está presentemente, em termos também de saúde, habitação e previdência social. Nestes setores a situação também é lastimável nas áreas rurais, pois o que hoje existe é precário e muito longe de poder concorrer com as cidades.

Hoje, com uma população de 120 milhões, não estamos conseguindo gerar as oportunidades de empregos suficientes para atender à demanda. Igualmente, não estamos produzindo alimentos suficientes, sendo que, anualmente, gastamos um expressivo volume de divisas na importação.

Daí perguntarmos: como ficaremos daqui a 19 anos, quando teremos 200 milhões de brasileiros? O desemprego aí está crescendo e se constituindo num dos piores flagelos sociais neste País. E o Governo decidiu optar por uma recessão, buscando, através da recessão, reduzir a inflação em nosso País, e também, impedir o crescimento do custo de vida neste País.

Entretanto, estamos em recessão, o desemprego constitui esse grande câncer social, e a inflação, Sr. Presidente, continua acima dos 90% e, provavelmente, ao final do ano, atingirá os 100%.

Está na hora de o Governo Federal tomar as iniciativas no sentido de reativar o desenvolvimento no Brasil, de se preocupar com essa massa humana de desempregados no Brasil, na ordem de 6 milhões de trabalhadores e de reduzir o subemprego neste País. Não pode o Governo continuar omissos, Sr. Presidente, em relação a um problema tão grave e que vai se agravando com a vinda, cada vez maior, dos nossos trabalhadores rurais que, não encontrando condições para se manterem no interior, rumam para a cidade, aumentando o nível de competição na busca de uma oportunidade de emprego.

Ainda ontem tivemos a oportunidade de fazer uma apreciação sobre a falta de presença do atual Governo. E enumerávamos, inclusive, vários Ministérios, cujos titulares, embora dedicados, esforçados, não têm presença.

Aí está outro, o Ministério do Trabalho, que deveria ter a grande responsabilidade de se preocupar com esses graves problemas sociais, mas que tem estado omissos.

Sr. Presidente, concluo dizendo: a inflação, hoje, é um problema sério, a dívida externa é outro problema sério, a dívida interna pública, hoje, na ordem de 5 trilhões de cruzeiros, é outro problema sério. Mas o problema mais sério, hoje, é o do desemprego neste País, é o chefe de família que, depois de 2, 3, 5 meses desempregado, já gastou o seu Fundo de Garantia e não tem recursos para resgatar, ao final do mês, o compromisso com a sua moradia e é despejado; que não pode manter os seus filhos estudando.

É o desempregado, Sr. Presidente, que não tem recursos para adquirir alimentação para si e para os seus familiares. Este, o grande problema, o problema mais sério neste País. Se o Governo decidiu por uma recessão, para combater a inflação e não consegue atingir esse objetivo, é preferível a Nação voltar ao desenvolvimento, embora com uma inflação de 100, 110, 120%, mas não temos essa massa de brasileiros desempregados e passando fome.

Isto, Sr. Presidente, trará inquietações profundas à Nação.

O Sr. Humberto Lucena — Pemrite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Ouço o nobre Senador Humberto Lucena, com muita satisfação.

O Sr. Humberto Lucena — Nobre Senador, V. Ex^a, no seu pronunciamento, enfatiza aspectos fundamentais do programa do PMDB no que tange aos problemas econômicos e sociais do País. Quanto ao desemprego, gostaria de registrar mais uma vez, aproveitando a sua presença na tribuna, o descaso do Congresso Nacional para com proposições apresentadas pela Oposição neste Senado, visando pelo menos a atenuar esta grave situação social em que nos encontramos. Refiro-me aos projetos apresentados por mim e pelo Senador Orestes Quêrcia, instituindo no Brasil o seguro-desemprego, aliás na linha da Carta Constitucional em vigor. Até hoje sequer esses projetos — o meu tem mais de 3 anos, o do Senador Orestes Quêrcia tem mais de um — receberam pareceres das Comissões Técnicas. Acho, nobre Senador Evelásio Vieira — e nesse sentido a CNBB já se pronunciou em apoio ao tema — que o seguro-desemprego é matéria urgente, a que se deve dar absoluta prioridade no próximo semestre deste ano legislativo.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — O nosso Partido defende essa tese; nós nesta Casa, os elementos da Bancada do PMDB, temos falado com constância da necessidade de se instituir o seguro-desemprego neste País, exatamente para que, em circunstâncias como essas, quando temos 6 milhões de trabalhadores desempregados, eles possam pelo menos ter a segurança de que vão ter um salário para a sua sobrevivência, como existe na quase totalidade dos países. O Brasil precisa adotar, com urgência, o seguro-desemprego. É preciso ainda que se diga, na oportunidade, que, malgrado esse desemprego que está ocorrendo, as grandes empresas, particularmente as multinacionais, começam a pressionar o Governo para modificar a política salarial neste País, e que vai acontecer, infelizmente, logo depois das eleições. Será mais uma tragédia para o trabalhador brasileiro.

Era a manifestação que nos cumprimos a fazer, nesta oportunidade Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS DE 1º A 30 DE JUNHO

(Art. 293, inciso II, do Regimento Interno)

PROJETOS APROVADOS E ENCAMINHADOS À SANÇÃO

Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1981 (nº 4.998/81, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Sessão: 16-6-82. (Extraordinária.)

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1982 (nº 5.645/81, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, e determina outras providências. Sessão: 16-6-82. (Extraordinária.)

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1982 (nº 5.000/81, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão e dá outras providências. Sessão: 16-6-82. (Extraordinária.)

PROJETOS APROVADOS E ENCAMINHADOS À PROMULGAÇÃO

Projeto de Resolução nº 89, de 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 3-6-82.

Projeto de Resolução nº 124, de 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Ituverava, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 31.793.420,61 (trinta e um milhões, setecentos e noventa e três mil, quatrocentos e vinte cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 3-6-82.

Projeto de Resolução nº 141, de 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Altinópolis, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 11.282.510,68 (onze milhões, duzentos e oitenta e dois mil, quinhentos e dez cruzeiros, e sessenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 3-6-82.

Projeto de Resolução nº 174, de 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Unaí, Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 258.475.000,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 3-6-82.

Projeto de Resolução nº 124, de 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Caputira, Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 3-6-82.

Projeto de Resolução nº 236, de 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Belém, Estado do Pará, a elevar em Cr\$ 226.141.400,00 (duzentos e vinte e seis milhões, cento e quarenta e um mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 3-6-82.

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1981 (nº 107/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das notas trocadas, em 16 de junho e 16 de julho de 1980, em Brasília, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, pelas quais foram introduzidas modificações no texto do Convênio sobre Transporte Marítimo, vigente entre os dois países. Sessão: 16-6-82. (Extraordinária.)

Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1981 (nº 86/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das notas trocadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, a 10 de outubro de 1980, que introduzem modificações no Convênio sobre Transporte Marítimo, concluído entre os dois países a 25 de abril de 1974. Sessão: 16-6-82. (Extraordinária.)

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1982 (nº 133/82, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País na segunda quinzena do mês de julho de 1982, em visita oficial ao Canadá. Sessão: 16-6-82. (Extraordinária.)

Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1981 (nº 106/81, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das Resoluções A4-1, que modifica o Artigo 13, e A4-3, que introduz o Artigo 12-bis no Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil-CLAC, aprovadas pela 4ª Assembléia do referi-

do organismo internacional, realizada em Bogotá, de 1º a 5 de dezembro de 1980. Sessão: 17-6-82. (Extraordinária.)

Projeto de Resolução nº 160, de 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 772.500.000,00 (setecentos e setenta e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 25-6-82.

Projeto de Resolução nº 225, de 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Florestal, Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 25-6-82.

Projeto de Resolução nº 122, de 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju, Estado de Sergipe, a elevar em Cr\$ 12.634.800,00 (doze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 25-6-82.

Projeto de Resolução nº 155, de 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, a elevar em Cr\$ 14.091.700,00 (quatorze milhões, noventa e um mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 25-6-82.

Projeto de Resolução nº 192, de 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Valinhos, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 28.091.520,00 (vinte e oito milhões, noventa e um mil, quinhentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 25-6-82.

Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1981 (nº 95/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Emenda que modifica o art. 14 da Convenção para a Unificação de Certas Regras em Matéria de Assistência e Salvamento Marítimos, de 23 de setembro de 1910, concluído em Bruxelas, a 27 de maio de 1967. Sessão: 25-6-82. (Extraordinária.)

Projeto de Decreto Legislativo nº 42, (nº 108/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai pelo qual se estabelece uma faixa "*non aedificandi*" ao longo da fronteira dos dois países, concluído em Assunção, por troca de Notas efetuada a 16 de setembro de 1980. Sessão: 25-6-82. (Extraordinária.)

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1981 (nº 103/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo de Cooperação Amazônica concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Bogotá, a 12 de março de 1981. Sessão: 28-6-82.

Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1981 (nº 88/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo concluído entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, para a Coordenação de Consignações e Uso dos Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na Faixa de Ondas Métricas (88-108 MHz) em Montevideu, a 8 de julho de 1980. Sessão: 28-6-82.

PROJETOS APROVADOS E ENCAMINHADOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1982 (nº 5.977/82, na Casa de origem), que altera o *caput* do art. 4º da Lei nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982, que dispõe sobre as eleições de 1982. Sessão: 16-6-82. (Extraordinária.)

Projeto de Lei do Senado nº 122, de 1981, de autoria do Senador Jorge Kalume, que dispõe sobre amparo aos trabalhadores da borracha e dá outras providências. Sessão: 17-6-82. (Extraordinária.)

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1982 (nº 5.441/81, na Casa de origem), que dispõe sobre a constituição e o funcionamento das sociedades centralizadoras de operações das empresas produtoras de açúcar ou de álcool, e dá outras providências. Sessão: 17-6-82. (Extraordinária.)

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1982 (nº 4.441/81, na Casa de origem), que dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do Plano de Classificação de Cargos instituídos pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970. Sessão: 17-6-82. (Extraordinária.)

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1982 (nº 5.437/81, na Casa de origem), que altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, e 6.978, de 19 de janeiro de 1982, e dá outras providências. Sessão: 25-6-82. (Extraordinária.)

MENSAGENS APROVADAS RELATIVAS A ESCOLHA DE AUTORIDADES

Mensagem nº 116, de 1982 (nº 239/82, na origem) pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sen-

hor Vasco Mariz, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Peru. Sessão: 25-6-82. (Extraordinária.)

Mensagem nº 117, de 1982 (nº 240/82, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Paulo Henrique de Paranaguá, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino de Marrocos. Sessão: 25-6-82. (Extraordinária.)

Mensagem nº 122, de 1982 (nº 248/82, na origem) pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Coronel José Ornellas de Souza Filho para exercer o cargo de Governador do Distrito Federal, em substituição ao Coronel Aimé Alcibiades Silveira Lamaison. Sessão: 25-6-82. (Extraordinária.)

PROJETOS REJEITADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 278 DO REGIMENTO INTERNO E ENCAMINHADOS AO ARQUIVO

Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1982 (nº 581/79, na Casa de origem), que cria o Dia do Empresário Brasileiro e dá outras providências.

Sessão: 1º-6-82.

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1978 (nº 629/75, na Casa de origem), que regula a atividade das empresas de recrutamento, seleção, assessoria, consultoria e orientação profissional, e dá outras providências.

Sessão: 29-6-82.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Ata da 68ª Reunião

Às nove horas do dia vinte e cinco de junho de mil novecentos e oitenta e dois, no Gabinete do Diretor Executivo do Centro Gráfico do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Jorge Kalume, e presentes os Conselheiros Aiman Nogueira da Gama, Sarah Abrahão, Luiz do Nascimento Monteiro e Luciano de Figueiredo Mesquita, presentes, também, Marcos Vieira, Geraldo Freire de Brito, Francisco Olímpio Pereira Marçal, Mário Cesar Pinheiro Maia e João de Moraes Silva, respectivamente, Diretor Executivo, Diretor Administrativo, Diretor Industrial, Encarregado Diretoria Industrial e Assessor Administrativo do CEGRAF, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Centro Gráfico do Senado Federal. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Jorge Kalume, dá a palavra ao Conselheiro Aiman Nogueira da Gama que apresenta parecer sobre a Tomada de Preços nº 002/82-CEGRAF, relativa à aquisição de papéis. Em seu parecer, o Conselheiro Aiman Nogueira da Gama, diz que o "processo está devidamente instruído, inclusive com a autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Supervisão, tendo comparecido nove (9) licitantes à Tomada de Preços. Feito o exame do material apresentado, inclusive de qualidade, foram consideradas vencedoras as firmas KSR — Comércio e Indústria de Papel S/A, itens 1, 2, 3, 4 e 5, no valor de Cr\$ 36.572.000,00; SAMAB — Cia. Indústria e Comércio de Papel, item 6, no valor de Cr\$ 4.278.000,00; e CERMON — Com. Indústria de Papéis Ltda., item 7, no valor de Cr\$ 175.500,00. O valor total, portanto, é de Cr\$ 41.025.500,00. A matéria foi submetida ao exame do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, também Assessor Jurídico, que opinou pela sua aprovação, bem assim a Assessoria Técnica, que sugere alteração de qualidades de alguns itens, sem aumento da despesa. O Senhor Diretor Executivo encaminha a matéria ao exame do Conselho de Supervisão, sendo a nós distribuída para relatar. O exame atento de toda documentação contida no processado demonstra terem sido atendidas todas as formalidades legais que regem a matéria, sendo a aquisição considerada necessária ao funcionamento do CEGRAF. Diante de todo o exposto, opinamos pela homologação da Tomada de Preços nº 002/82, consideradas vencedoras as firmas anteriormente mencionadas. "Logo após, o Senhor Presidente coloca a matéria em discussão e, não havendo contestação, a mesma é aprovada. Em seguida, a palavra é concedida ao Conselheiro Luiz do Nascimento Monteiro, que apresenta aos demais Conselheiros o parecer sobre a proposta de alteração no Orçamento Interno do FUNCEGRAF. Dizendo textualmente que "o pedido de alteração verifica-se tendo em vista que as despesas com "Serviços Postais e de Telecomunicação", até 31 de maio do corrente ano, atingiram o montante de Cr\$ 3.603.802,63 (três milhões, seiscentos e três mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e três centavos), quase a totalidade da dotação consignada no Orçamento Geral para essa atividade — Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) — o que corresponde à aplicação da dotação somente no primeiro semestre. Dessa forma, justifica o pedido de

remanejamento de parte da dotação orçamentária de um elemento para o outro, com previsão calcada na despesa executada neste período. Continuando, o Conselheiro Luiz do Nascimento Monteiro, diz que "fica evidenciado que na elaboração desta alteração, remanejamento de dotações orçamentárias, foi aplicada a legislação pertinente à matéria e seguidas as diretrizes estabelecidas no 1º Plano Diretor do Centro Gráfico do Senado Federal". E conclui favoravelmente pela alteração no "Orçamento Interno do Fundo do Centro Gráfico, pretendida, pela Direção Executiva do órgão supervisionado por este Conselho, na forma dos anexos I a V, fls. 54 a 61, deste processo. Esta proposta, contudo, nos termos do Ato nº 10/79 e Ato nº 10/80, deverá ser submetida à aprovação da douta Comissão Diretora do Senado Federal". Em seguida o Senhor Presidente, Senador Jorge Kalume, coloca a matéria em

discussão. O Diretor Executivo do CEGRAF, Dr. Marcos Vieira, fazendo uso da palavra, esclarece aos demais Conselheiros que tal alteração se faz necessária pelos constantes aumentos das tarifas telefônicas e postais, que vêm ocorrendo neste ano. Não havendo mais contestação, por parte dos Conselheiros, a matéria é aprovada. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente, Senador Jorge Kalume, declara encerrados os trabalhos, e para constar, eu, Maurício Silva, Secretário do Conselho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos demais membros. Brasília, 25 de junho de 1982. — Senador *Jorge Kalume*, Presidente — *Aiman Nogueira da Gama*, Vice-Presidente — *Luiz do Nascimento Monteiro*, Membro — *Sarah Abrahão*, Membro — *Luciano de Figueiredo Mesquita*, Membro — *Marcos Vieira*, Membro.